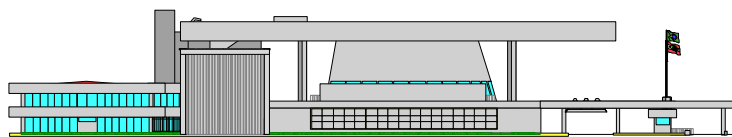


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 21 DE MAIO DE 2008

NÚMERO 5.895

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1907
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 037ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 15/05/2008.....2
Ata da 019ª Sessão Solene da
16ª realizada em 15/05/2008...12

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria.....17
Atas das Comissões
Permanentes17
Ofício.....20
Projetos de Lei.....20
Redação Final20

PLENÁRIO

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Altair Silva - Antônio Aguiar - Dagomar Carneiro - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jaime Pasqualini - Jean Kuhlmann - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ALTAIR SILVA - Aborda os resultados de sua viagem a Brasília.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Refere-se à MP da União que concede reajuste salarial aos servidores públicos federais; convida para audiência pública com a Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares e para o lançamento da Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas, uma iniciativa da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se ao problema dos agricultores desalojados de suas propriedades pela decretação de áreas indígenas; discorre sobre a implantação do programa Territórios da Cidadania em Santa Catarina.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Afirma que não há discriminação na escolha dos municípios que participam do programa Territórios de Cidadania.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Manifesta insatisfação com o veto do governador Luiz Henrique da Silveira ao projeto que cria o Conselho da Juventude; critica o projeto que cria o Iprev.

Partidos Políticos

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Coloca a posição da bancada do PT com relação ao projeto que cria o Iprev; repudia a atitude do deputado Valdir Colatto no que concerne à saída da ministra Marina Silva.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Anuncia a visita dos diretores no Brasil da GSI Internacional.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Propõe debate sobre transporte marítimo na Grande Florianópolis.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Mostra-se totalmente favorável à implantação do transporte marítimo não só na capital como no estado.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Reporta-se à audiência pública que tratou da ponte Hercílio Luz; elogia a Fundação Catarinense de Educação Especial, que foi motivo de sessão solene pelos seus 40 anos de existência.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Corroborar a preocupação do deputado José Natal com o trânsito na capital.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Expressa sua opinião sobre a questão da licitação das obras de ampliação do Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Comenta a postura do prefeito de Florianópolis de ignorar a decisão da Justiça que proibiu a veiculação de propaganda na televisão; refere-se às ações do prefeito de Rio do Sul em busca de recursos para o município.

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALMIR COMIN - Anuncia audiências públicas em busca de solução para a crise do setor de cerâmica vermelha.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Avalia que os bancos de fomento devem ajudar a viabilizar as indústrias de cerâmica vermelha.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Chama a atenção para o agravamento da crise do setor moveleiro do planalto norte catarinense; ressalta a importância da reforma tributária no país.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pede o cumprimento da Lei n. 254; cobra do governo estadual a abertura imediata de negociação com os praças da Polícia e Bombeiro Militar.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Enfatiza o crescimento da economia da região sul do estado.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Comunica sua participação no Encontro Regional do Centro-Oeste, do projeto Controle Social de Políticas Públicas para Representantes de Entidades de Defesa e Atenção a Pessoas com Deficiência no Brasil; manifesta-se contra a guerra fiscal; mostra sua indignação com os freqüentes desvios de recursos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Altair Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Bom-dia, sr. presidente, deputado Julio Garcia, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Vimos a esta tribuna, na manhã de hoje, para prestar contas da nossa ida, ontem, a Brasília, dizendo que foi muito produtiva e muito frutífera. Lá tivemos a oportunidade, juntamente com o deputado federal Odacir Zonta, que nos acompanhou nas atividades, de estar na comissão de Agricultura da Câmara Federal. E o grande tema que se comenta, hoje, em Brasília é a questão do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

De forma que estivemos na comissão de Agricultura e, em conjunto com o deputado federal Odacir Zonta, demos algumas sugestões. O PAC abrange diversas áreas, mas temos grande necessidade de fortalecer o agronegócio, a agricultura do nosso país. Felizmente, tivemos um ano de grande produção, com preços bons, mas em seguida, na safra que se avizinha, fomos surpreendidos pela elevação dos preços internacionais dos insumos que precisamos usar, principalmente fertilizantes, aumentos superiores a 150%. Isso praticamente anula a renda que o produtor obteve nas safras 2007 e 2008.

Então, na Câmara Federal, em conjunto com o deputado Odacir Zonta, numa comissão que trabalha realmente pelo desenvolvimento deste país, foi muito bem aceita a sugestão e começa a ganhar corpo, com o apoio do governo federal, deputado Pedro Uczai, o PAC do agronegócio no país. Isso é muito importante porque quando pensamos em ferrovias, em hidrovias e na modernização dos portos, nós também temos que pensar na auto-suficiência da produção agrícola do nosso país. E temos que investir mais para que essa auto-suficiência, inclusive de fertilizantes, venha a ser atingida plenamente para que possamos produzir para o mundo e depender menos de importação, porque isso muitas vezes anula a receita de um ano para o outro.

Após sair da comissão de Agricultura, fomos recebidos no ministério das Cidades para uma audiência com o ministro Márcio Fortes - audiência essa organizada pelo deputado federal Odacir Zonta -, também com a presença do secretário Nacional de Saneamento Ambiental, o ex-deputado Leodegar Tiscoski; do ex-deputado federal Hugo Biehl; do prefeito Rudi Ohlweiler, da cidade de Treze Tilias.

A atual administração de Chapecó, na eleição passada, prometeu construir mais de mil casas populares. Só que agora, quando chega praticamente ao final do mandato, vê-se que poucas casas populares foram construídas naquela cidade, a não ser aquelas que foram viabilizadas pelo governo federal, com o apoio do Partido Progressista, do ministério das Cidades e do Partido dos Trabalhadores.

Assim, Chapecó tem um déficit habitacional que hoje chega a mais de seis mil casas. Então, fizemos uma solicitação de R\$ 2 milhões ao sr. ministro Márcio Fortes para serem investidos em mais casas populares para Chapecó.

O ano passado foi o momento em que se debateu os planos diretores das cidades. Infelizmente, a cidade de Chapecó não fez seu plano diretor, mas um remendo, um pequeno conserto para apenas atender a uma exigência. E o pior: esqueceu de debater no Plano Diretor o que há de principal, que é preservar o meio ambiente.

O Plano Diretor de Chapecó não preserva o principal ativo que nós temos na nossa cidade, que é a água, o Lajeado São José. E para ilustrar a minha exposição, trago aqui a matéria veiculada no *Diário Catarinense* do dia 15/5, que na página 36 diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Lixo vira exposição

O lixo encontrado na barragem do Engenho Braunn, no Lajeado São José, fonte de captação para a água que a população de Chapecó bebe, levou alunos da UnoChapecó a realizar uma exposição com pneus, garrafas, pedaços de veículos e até um sofá, recolhidos e dispostos perto da biblioteca da universidade.

O objetivo da mostra é chocar quem passa pelo local. A exposição vai até dia 21 de maio."[sic]

Numa cidade de 180 mil habitantes, com um Plano Diretor que agride a nossa principal fonte de abastecimento de água, algo errado e muito grave está acontecendo.

Então, propusemos também ao ministro das Cidades um recurso na ordem de R\$ 180 mil para estudar um Plano Diretor, deputado Valmir Comin, que não agrida o meio ambiente e para que Chapecó possa desenvolver-se no rumo certo.

Também pedimos nesta Casa, e foi aprovada no dia de ontem na comissão de Meio Ambiente, a realização de uma audiência pública sobre a água - e convidado todos os srs. deputados e as sras. deputadas desta Casa para estar presentes -, a ser realizada na Semana do Meio Ambiente, na cidade de Chapecó. A água é o grande tema e o grande desafio, e a humanidade tem que investir para preservar, para proteger e para sobreviver, porque senão, no futuro, as próximas gerações não terão como viver.

De maneira que a nossa ida a Brasília foi muito produtiva e quero fazer o registro do belo exemplo que o governo federal tem demonstrado na gestão pública, deputado Pedro Uczai. É preciso dizer da eficiência, do bom atendimento e das boas ações que o governo federal tem prestado para este país, e também a motivação e o clima de otimismo que existe lá no Congresso Nacional. Isso é muito importante porque é um bom exemplo para o nosso país, e os bons exemplos devem sempre servir de modelo.

Essa audiência pública sobre a água, em Chapecó, visa criar um norte para que possamos traçar um futuro positivo juntamente com um Plano Diretor que atenda a uma ação de desenvolvimento, deputado Pedro Uczai - e v.ex.a., que já foi prefeito, sabe da pujança do nosso município, com um povo trabalhador que lá habita. E Chapecó continuará sempre crescendo, mas precisa ter uma atenção e para isso o Plano Diretor e a preservação da água têm que caminhar juntos.

Aproveitando esta oportunidade, quero dizer que hoje estarei na cidade de Araranguá num grande encontro com todos os técnicos agrícolas do sul do estado, com o objetivo de levantar ações para trabalhar o projeto de lei do novo Código Ambiental de Santa Catarina. Vamos ter uma grande reunião, hoje, lá no centro de treinamento de Araranguá.

Amanhã estarei em Lages participando também das atividades da Festa do Pinhão. A noite chegarei a Chapecó, onde no sábado haverá atividades lá. À tarde, em Videira, estarei num grande evento promovido na Seicho-No-Ie. E no domingo, na cidade de Xanxerê, participarei de um grande seminário promovido também pela Seicho-No-Ie.

De forma que quero agradecer a oportunidade de, mais uma vez, fazer uso da tribuna desta Casa e manifestar a alegria de poder servir aos catarinenses com muito amor, gratidão e, principalmente, muita determinação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, demais integrantes da mesa, sra. deputada, srs. deputados e amigos que nos ouvem, amigos fiéis que sempre estão atentos acompanhando o desempenho de cada um dos srs. parlamentares com assento nesta Casa Legislativa, quero dizer que estava observando o jornal *Diário Catarinense* e uma notícia me deixou muito feliz. Fiquei muito contente quando li que o servidor ganhará um aumento:

(Passa a ler.)

"O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem uma medida provisória (MP) que concede reajuste salarial aos militares e a cerca de[...]".[sic]

Vou parar a leitura porque o que me alegrou bastante foi que um dos contemplados pelo aumento é aquele que dá a sua vida, num verdadeiro sacerdócio; é aquele funcionário que sai da sua casa, deixa os seus próprios filhos nas mãos de outros e entra na sala de aula para transmitir tudo o que sabe.

Estou falando dos professores! Posso falar, senhores, porque tenho experiência, sou uma profissional da área, sr. presidente, deputado Julio Garcia! Tenho 33 anos de magistério e falo que sou professora e sou mesmo, com "P" maiúsculo. E como mostra a notinha, serão contemplados professores das instituições federais de ensino superior, assim como os técnicos em administração. Mas quero falar dos professores.

Claro que existem professores e "os professores", como em várias áreas profissionais temos aqueles que se destacam, que honram o salário que recebem. Então, quero dizer que a nota me alegrou muito, e eu não poderia deixar de registrar que ainda tenho esperança que em nosso estado os salários dos meus colegas possam melhorar, tenho muita esperança! Existe uma promessa também de s.ex.a., o governador do estado, dr. Luiz Henrique da Silveira, que está fazendo um estudo.

O secretário Paulo Bauer comentou comigo que é verídica a notícia de que os aposentados também serão prestigiados, o que é muito merecido. Os aposentados que não tiveram o devido aumento o terão. Eu tenho esperança, por isso estou de verde. A esperança é a última que morre! Nós temos que sempre estar atentos. E estou de verde porque é a cor do meu partido, o Partido Republicano Brasileiro, e é também uma das cores da bandeira nacional.

Então, precisava falar sobre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do qual nós temos o vice-presidente, José Alencar, que tem honrado o Partido Republicano Brasileiro. Ele esteve muito doente, passou por diversas cirurgias, mas graças a Deus está curado, forte, irá viver por muitos anos e é uma grande referência para o meu partido.

Srs. deputados, hoje, no Auditório Antonieta de Barros, às 14h, vamos ter uma audiência pública sob o comando da Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares, com o grande presidente Paulo Kons, que estará aqui com toda a sua simpatia, porque tem tratado os conselheiros dos 293 municípios com muito carinho. O presidente da associação tem feito o trabalho de uma grande sentinela, pois tem guardado, protegido e dado toda atenção às crianças do estado de Santa Catarina, e v.exas. sabem que todos os dias existem crianças sendo agredidas. Nós temos esse caso Isabella que chocou o Brasil todo! Chocou! O Brasil parou, chamou a atenção de todas as famílias, porque é uma coisa inacreditável o que aconteceu com a menina Isabella.

Srs. deputados, teremos, juntamente com essa audiência pública, por volta de 15h30 - e tenho certeza de que v.exas. estarão presentes, mas caso não haja possibilidade da presença, peço-lhes a gentileza enviar seus representantes -, a jornada para proteger a infância, iniciativa da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, que faz um trabalho espetacular. Eu acompanhei esse trabalho, deputada Ada De Luca, v.exa. que é presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e a Mulher, quando estive na presidência dessa tão importante comissão, viajei, visitei vários municípios acompanhando o trabalho desenvolvido pela Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, que estará aqui com grandes notícias para nós.

Trouxe aqui uma notícia sobre esse assunto que está no jornal *A Notícia*, página 14.

(Passa a ler.)

"Hoje, dentro da Semana Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-juvenil, estão marcados a assinatura e o lançamento da Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas, uma iniciativa da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. O lançamento está previsto para as 15h30."

Então, gostaria de lançar o convite, porque as nossas crianças merecem. Quem não tem crianças em casa? Eu tenho um neto que está estudando agora na 1ª série. Quem não tem criança? Quem não quer protegê-las? Não só as nossas, mas temos obrigação e a missão de proteger todas as crianças dos vários segmentos da sociedade. Assim, gostaria de convidar v.exas. para participar deste importante evento hoje, no Auditório Antonieta de Barros, às 14h.

Muito obrigada, sr. presidente, deputado Julio Garcia!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, recebi uma grande delegação do alto vale de Itajaí, na semana passada, mais precisamente na quinta-feira de manhã, com mais de 50 agricultores, pois tivemos uma audiência, sr. presidente, na qual discutimos mais uma vez uma questão muito séria do nosso estado, que é o problema da indenização dos agricultores em áreas reconhecidas como indígenas.

Em Vitor Meireles e em José Boiteux temos uma possível ampliação da área, cujo processo tramita no Supremo Tribunal Federal, e mais de 600 famílias de agricultores poderão perder suas terras.

Cada vez que venho a esta tribuna falar sobre esse assunto eu me arrepio, porque acho que é um crime que se comete em nosso estado, pois acho que em outros estados, como no Rio Grande do Sul, os agricultores não saem mais das suas terras sem receber indenização. E falo sobre isso com revolta, porque não consigo admitir que uma família que pagou a sua terra, que lutou por ela, pagou com o seu suor, com o seu trabalho, com a sua luta, agora tenha que sair da sua propriedade.

Nós precisamos urgentemente - e esse foi um compromisso assumido pelo presidente, deputado Julio Garcia, na reunião - regulamentar o art. 148 da Constituição Estadual, que permite, sim, que o estado indenize essas áreas. Nós temos, e inclusive já foi assinado, um termo de compromisso com o governo federal e com o estado, pois uma época aqui em Santa Catarina, o governo federal se propôs a contribuir com o estado e pagar as terras para os agricultores, porque a União não pode pagar as suas terras novamente. Legalmente, essas terras foram vendidas indevidamente, ilegalmente pelo estado, pelas empresas que fizeram a colonização. Então, o estado precisa assumir essa responsabilidade, seja o governo que for. Nós não podemos jogar para a rua da amargura esses agricultores, sem que recebam pelas suas terras.

Deputado Pedro Baldissera, nós estamos com esse problema sério das hidrelétricas no estado, mas estamos conseguindo indenizar os agricultores cujas terras serão atingidas pela sua construção. E são milhares! No entanto, acho que muitos deputados federais e estaduais não estão lutando por essa questão da indenização dos agricultores, pois não estamos conseguindo resolver a polêmica questão da indenização das propriedades atingidas pela decretação de áreas indígenas.

Os agricultores estão na luta pela não-decretação da área, estão no Supremo, então há essa possibilidade ainda. No entanto, se o Supremo julgar aquelas áreas como indígenas, o que os agricultores, mais de 600 famílias, poderão fazer?

Então, precisamos ser sensíveis a essa questão. E fiquei muito satisfeito com o presidente Julio Garcia, que assumiu o compromisso, na reunião, de dialogar sobre o problema com o governador e nesta Casa, a fim de podermos regulamentar o art. 148 da Constituição do Estado de Santa Catarina, que abre a perspectiva do estado contribuir com a indenização.

Vamos fazer um trabalho coletivo, o estado, a Assembléia Legislativa e a União, para articular a possibilidade de Santa Catarina não cometer um crime com os agricultores familiares. São duas áreas em Chapecó em que os agricultores tiveram que sair das suas propriedades e não receberam nada por elas. E existem muitas outras em discussão, em debate, que estão tramitando na Justiça, no Supremo. Se, porventura, essas áreas forem decretadas indígenas, serão mais mil famílias que terão que abandonar suas terras.

Então, esse é o desafio! Não é uma questão de conflito deste ou daquele. O que queremos saber, sim, é se os agricultores que legalmente pagaram as suas terras foram iludidos. Quer dizer, eles têm que ser ressarcidos pelo que pagaram para alguém. E esse ressarcimento tem que ser feito pelo estado de Santa Catarina, com certeza, pelo governo. Seja qual for o governo ou o partido, não se pode cometer essa injustiça!

O segundo tema que trago a esta tribuna no dia de hoje é que os municípios que têm um baixo Índice de Desenvolvimento Humano, os menores do estado, foram escolhidos para receber o programa Territórios da Cidadania. Foi escolhido um primeiro território, no meio-oeste, na região do Contestado, a região de Xanxerê e de Joaçaba. Vinte e nove municípios formam esse território e serão atendidos neste primeiro momento em Santa Catarina.

Para uma população de 254,5 mil habitantes, serão investidos, já em 2008, R\$ 108 milhões, em 57 ações integradas. A escolha desses territórios levou em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano, a quantidade de agricultores familiares, a existência de assentamentos da reforma agrária, a existência de quilombolas e a quantidade de pessoas assistidas pelo programa Bolsa Família.

Este foi o critério escolhido, inclusive questionado, através de ação nacional junto ao Supremo, pelo PSDB e pelo Democratas, há um tempo, o que nós achamos injusto, porque o governo federal tem priorizado algumas regiões do Brasil que têm baixo Índice de Desenvolvimento Humano e que precisam ter investimentos públicos para melhorar a sua qualidade de vida. São R\$ 11,3 bilhões a ser investidos nesse programa Territórios da Cidadania, beneficiando, nesse primeiro momento, 958 municípios. O programa é focado no resgate de regiões estagnadas, possibilitando a inclusão social de sua população e combatendo os bolsões de pobreza nos quais as ações do governo ainda não chegaram.

Hoje, pela manhã, na secretaria da Agricultura, há um encontro do qual estarei participando lideranças nacionais, coordenadores nacionais, também os representantes do ministério do Desenvolvimento Agrário que estão coordenando um dos debates sobre o programa Territórios da Cidadania.

Esses municípios serão beneficiados com obras de saneamento, luz, escolas, desenvolvimento de ações de assistência técnica e infra-estrutura para a agricultura familiar, para os assentamentos da reforma agrária e para os pescadores. Também com a ampliação de programas como o Pronaf, Luz para Todos, Bolsa Família, Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente.

Para o investimento, ainda neste ano, no valor de R\$ 108 milhões, foram escolhidas as regiões oeste e do Contestado. São os primeiros Territórios da Cidadania de Santa Catarina. Devemos ter ainda este ano ou no início do ano que vem um novo território incluído, que são as regiões do Contestado e, principalmente, de Lages, onde há uma demanda por investimentos em políticas públicas e de estratégia de desenvolvimento. Nós vamos ter mais Territórios da Cidadania aqui em Santa Catarina. Esta é uma vitória, é um passo fundamental para esses 29 municípios, que hoje, pela manhã, estão reunidos no lançamento oficial desse grande programa. Então, quero parabenizar esses 29 municípios!

Srs. deputados, não se fala em partido político, temos todos os partidos. Estavam dizendo, inclusive em alguns setores da imprensa, que o Partido dos Trabalhadores seria priorizado. Não é verdade, pois entre os municípios escolhidos nós temos somente dois ou três que são governados pelo PT, os demais são dos diversos partidos que têm representação nesta Casa.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Apenas gostaria de dizer que apesar do PFL e do PSDB entrarem na Justiça para impedir o Territórios da Cidadania, argumentando que seria campanha eleitoral, os prefeitos do PSDB e do PFL não estão sendo discriminados porque o presidente republicano está permitindo que todos, principalmente a população desses municípios, sejam beneficiados.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Então, parabéns a esses 29 municípios da região oeste e do Contestado que vão ser beneficiados pelo programa Territórios da Cidadania.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, aproveito a tribuna, na manhã de hoje, para falar da minha insatisfação com relação à votação do veto e ao veto do governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, no que diz respeito ao Conselho da Juventude.

Digo isso porque a nossa juventude deve, em sua caminhada, não só ter o respaldo e o apoio do poder público, como ter também, de maneira muito especial, políticas de inclusão e políticas que possam contemplar essa importante e significativa parcela da nossa sociedade que são os nossos jovens.

Nós não temos, hoje, dentro do estado de Santa Catarina, nenhuma política de estado que contemple a nossa juventude. O que pensar de um estado que não tem nenhuma política que contemple essa grande parcela da sociedade, que são os nossos jovens?

Digo isso com indignação pela atitude do governo do estado ao vetar por três vezes o projeto que diz respeito à criação do conselho. Aliás, já na primeira eleição que o governador disputou ele se havia comprometido publicamente, se fosse eleito, a enviar um projeto de lei a esta Casa para criar o Conselho da Juventude.

No entanto, passou o primeiro mandato, veio o segundo mandato, já estamos indo para "os finalmente" - isso se não for cassado antes, porque já há todo um encaminhamento pela cassação do governador Luiz Henrique da Silveira - e não há mais tempo nem para se construir e criar o conselho. Aliás, diga-se de passagem, entre os itens referentes às políticas voltadas para a juventude, estaria também a criação do conselho. No entanto, até hoje os jovens continuam na expectativa, esperando.

O mesmo exemplo é o dos nossos aposentados, dos profissionais da educação, que não foram contemplados com o Prêmio Educar. Depois de tantos sacrifícios, de tanto trabalho, de tanta luta, de tanta doação, de tanta entrega, vêem-se de mãos vazias. E agora vem o lprev que, sem dúvida alguma, traz uma grande preocupação a todos os servidores públicos do estado de Santa Catarina, porque não sabemos o que vai acontecer amanhã. Por enquanto o governo do estado não apresentou nenhuma ação para zerar o déficit com relação à Previdência, que chega à casa anual de R\$ 1 bilhão. E não adianta nós criarmos o fundo se vamos continuar com o déficit. Fundo para quê, se não há dinheiro?! Um fundo negativo? Que fundo é esse? Um fundo vazio? Vai ser um buraco enorme, deputado Silvio Dreveck.

O governo não apresentou também nenhum cálculo atuarial e eu não consegui entender o Fundo Previdenciário: o governo começa a contribuir com apenas 11%! De antemão, nós podemos dizer que o fundo vai ficar sem fundos e os servidores públicos, mais uma vez, vão ficar a ver navios, infelizmente. Vai ser um fundo que não vai ter recursos suficientes para bancar, no futuro, daqui a 30 anos, a aposentadoria de todos os servidores públicos. O que vai ser do estado de Santa Catarina daqui a 30, 35 anos? Estou preocupado com isso, muito preocupado! E mais preocupado ainda estão os servidores públicos diante dessa situação nebulosa em que estão colocadas as coisas.

E a gestão desse fundo, que é outro aspecto importante a ser tocado aqui, como fica? Eu não quero ser pessimista, mas quantas e quantas prefeituras por pais afora criaram o fundo, ficaram com a gestão do fundo e meteram a mão no dinheiro do fundo! Se o controle e a gestão do fundo não estiverem sob o controle dos servidores públicos, podem ter certeza absoluta de que o fundo vai ficar sem nada, infelizmente!

Então, eu acho que nós temos que avançar numa série de questões e vamos apreciar o projeto logo, logo; estamos em fase de emendas. A bancada do PT já decidiu que vai trabalhar pela retirada desse projeto! Estamos insistindo na retirada do projeto e vamos brigar por isso, deputado Pedro Uczai, líder da nossa bancada! Nós vamos brigar até o final, porque um projeto que vem dessa forma para esta Casa é totalmente inconstitucional, não pode prosperar! E queremos que ele seja reconstruído com a participação efetiva de todos os segmentos dos servidores públicos do estado de Santa Catarina. Tem que haver essa participação, porque é um projeto que diz respeito à vida deles...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são reservados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, ocupo o horário do PT para, num primeiro momento, estender o pronunciamento do deputado padre Pedro Baldissera. Na última parte da sua fala, o deputado falou sobre o lprev e eu quero colocar a posição da nossa bancada, no sentido de que seja pública e aberta, para que demonstremos a nossa responsabilidade.

Nós não estamos fugindo do debate; nós não apresentamos emendas ao projeto atual; nós não estamos fugindo da nossa responsabilidade porque tomamos uma posição, uma decisão e já me manifestei, ontem à tarde nesta tribuna, a respeito.

Nós aprovamos nesta Casa uma indicação solicitando ao governador do estado o encaminhamento de projeto de lei complementar ao Poder Legislativo, para transformar o lprev em Unidade Gestora Única de todo o regime próprio dos servidores públicos. A nossa bancada está convencida de que o projeto do lprev não responde nem em parte à necessidade para se conseguir o Certificado de Regularidade Previdenciária; ele não propõe uma Unidade Gestora Única; ele permite que o Tribunal de Contas tenha o seu certificado, bem como o Tribunal de Justiça, a Assembléia Legislativa e o Executivo. E o ministério da Previdência, em documento encaminhado ao governo do estado, deixa claro que a exigência central para conseguir o CRP é ter Unidade Gestora Única. É isso que é necessário até 30 de junho. E se é isso que

é necessário, que o governo encaminhe a esta Casa essa exigência que a nossa bancada vai manifestar-se a favor. É isso que nós estamos propondo como bancada, o resto vamos discutir, pois é um projeto ordinário.

Portanto, que seja retirado o restante da proposta do governo, para que durante o ano o governo tenha capacidade política. E se tem tradição democrática, como diz que tem, pelo próprio partido, que é o PMDB, que reúne os sindicatos e todas as entidades dos servidores públicos para discutir o projeto na sua amplitude e na sua profundidade.

Por isso, deputado padre Pedro Baldissera, a nossa bancada vai-se manifestar nessa direção, porque é discurso dizer que precisa de um certificado para a Previdência. Eu sei que precisa, mas pelo documento do ministério da Previdência é necessária uma Unidade Gestora Única. E é isso que nós estamos defendendo que o governo encaminhe a esta Casa. O resto é a construção de dois fundos que nós criticamos e com certeza não é possível prosperar um projeto desta natureza.

A deputada Odete de Jesus hoje também se manifestou a respeito e a nossa bancada criou um indicativo, aprovado nesta Casa, sobre o Prêmio Educar. Nós vamos continuar insistindo que os aposentados de Santa Catarina, particularmente os aposentados da Educação e aqueles que se irão aposentar, que são todos os professores da rede pública estadual, têm direito aos mesmos

Foi por isso que nós, no momento da aprovação do Prêmio Educar, defendemos que era preciso transformar em salário para que todos, ativos e inativos, pudessem receber. Foi rejeitada essa proposta. Depois propusemos o Prêmio Educar para todos, ativos e inativos, e também foi rejeitado.

Agora nós tiramos novamente esse indicativo, para que o governo não deixe os deputados da base aliada constringidos. Com certeza o deputado Sargento Amauri Soares, que é o do PDT, que faz parte da base do governo do estado, também está constringido, está numa situação desconfortável pelo fato de não permitirem que o Prêmio Educar seja estendido a todos os professores ou que seja incorporado ao salário de todos os professores, aqueles que trabalharam um período da sua vida e que agora estão aposentados e aqueles que ainda estão trabalhando.

Em terceiro e em último lugar, quero ocupar o horário dos Partidos Políticos para associar dois fatos que aparentemente não têm conexão nenhuma: a morte da freira Dorothy Stang, a absolvição do fazendeiro que no primeiro júri foi condenado há 30 anos e o pedido de demissão da ministra Marina Silva.

Quero dizer aqui da indignação ética que estou vivendo, neste momento, como membro do Partido dos Trabalhadores! Quem está ganhando, quem está vencendo com muito discurso bonito sobre o desenvolvimento sustentável, sobre o cuidado com o meio ambiente, efetivamente não está só ganhando com a derrota da freira Dorothy, com a absolvição do fazendeiro; a Justiça e o júri são antidemocráticos, como vários magistrados estão-se posicionando no país.

É preciso que ocorram mudanças no Judiciário, na legislação penal. Mas isso, em síntese, revela-se nas fazendas, na depredação ambiental e a violência vai continuar no país. Com certeza, o fazendeiro Bida, que foi absolvido, está fazendo festa também pela queda ou pelo pedido de demissão da ministra Marina Silva. Porque esses fazendeiros que estão depredando e destruindo o meio ambiente estão buscando artifícios jurídicos para ampliar a ocupação das terras, a grilagem das terras e a destruição da natureza, do meio ambiente e da qualidade de vida do país.

Não é só o desmatamento, não é só a desgraça que vai ser produzida neste país, ambientalmente falando. Essa derrota não é somente da ministra Marina Silva, não é somente da freira Dorothy Stang, é também da democracia, é do meio ambiente, é de todos aqueles que querem um país digno e soberano para todos, daqueles que querem um país democrático, justo, solidário; um país com justiça e com igualdade social.

Valdir Colatto, deputado federal do PMDB de Santa Catarina, comemorou, em entrevista concedida à *Terra Magazine*, a derrota do meio ambiente, a derrota do direito dos indígenas, a derrota da qualidade de vida e da democracia do país e a vitória do agronegócio, não do agronegócio sério que pensa no meio ambiente, mas daqueles que querem, a qualquer custo, invadir e grilar terras e produzir alimentos para o mundo sem valor agregado algum.

Estão voltando ao tempo da colônia esses ruralistas da bancada federal coordenada pelo deputado Valdir Colatto. É lamentável! Estão voltando à colônia. Querem exportar alimento e não valor agregado; querem exportar *commodities* e não valor agregado, industrializado neste país. E dizem que isso é moderno.

O aumento do preço dos alimentos, deputado Sílvio Dreveck, é fruto da produção de milho nos Estados Unidos para a fabricação de etanol; o aumento dos alimentos é fruto da especulação financeira, deputado Altair Silva, pois deixaram de investir no setor imobiliário nos Estados Unidos, que está em crise, para investir em *commodities*. Há gente comprando cinco vezes o mesmo alimento antes de chegar ao supermercado ou à indústria, pela especulação financeira dessas *commodities* que estão nas bolsas do mundo inteiro. Há alguns economistas que, inclusive, colocam essa como a razão central do aumento do preço dos alimentos.

A terceira causa é o aumento do petróleo. Há três anos o barril custava US\$ 30 e hoje custa US\$ 120. E a quarta razão é o aumento da demanda, o aumento do consumo de alimentos no mundo e, conseqüentemente, o aumento do seu preço.

O aumento dos alimentos está servindo de desculpa para os conservadores, para os reacionários e autoritários do país, como o deputado Valdir Colatto, que representa o que há de mais reacionário no campo, dizerem que a ministra merecia ser demitida, merecia deixar o governo porque estava insistindo em construir um país que defende o meio ambiente, a vida e a democracia da terra.

É isso que tem de ser repudiado pelo Parlamento catarinense! É com tristeza que vivencio, como deputado, essa postura conservadora, reacionária que está tirando o direito de os agricultores construírem um país melhor. E finalizando dizendo que repudio a atitude do deputado Valdir Colatto!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, deputado Peninha, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de anunciar, com satisfação, a visita no Parlamento catarinense do diretor-presidente no Brasil da GSI Internacional, sr. Ingo Erhardt, e seus diretores Paulo Neumann e Marcos Bercht. A GSI, que vem investindo muito no Brasil e na minha cidade, Brusque, está construindo uma empresa com um investimento previsto de US\$ 20 milhões, gerando 600 empregos, com a previsão de investir mais US\$ 40 milhões nos próximos anos em Santa Catarina.

Então, é com satisfação que os recebemos no Parlamento catarinense, junto com o nosso secretário de Desenvolvimento Econômico de Brusque, Luis Carlos Rosin. Damos as boas-vindas do Parlamento a essa empresa, que vem investindo tanto em Santa Catarina, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sejam bem-vindos o sr. Ingo Erhardt e os diretores da GSI! Realmente, temos informações de que haverá uma área construída de 40.000m², gerando em torno de 600 empregos em Brusque. Com certeza é uma grande empresa que vem contribuir, e muito, com a economia de Santa Catarina. Fico muito orgulhoso disso, até porque também represento Brusque nesta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a deputada Ada De Luca, por até 17 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Bom-dia, sr. presidente, colegas deputados, público que assiste à TVAL e que ouve a Rádio AleSC Digital.

Venho fazer aqui, hoje, um apelo para a imprensa escrita, falada e televisada, assim como para toda a sociedade e será uma reflexão para todos os colegas.

Nós temos as nossas regiões, certo? Defendemos as nossas regiões, com certeza. Agora temos que olhar a capital também.

(Passa a ler.)

"Aproveitando que o governador inaugurou, no último sábado, a ligação por barco entre Joinville e São Francisco do Sul, quero hoje trazer ao debate um tema importante para este 'pedacinho de terra perdido no mar, um pedacinho de terra, beleza sem par'.

Florianópolis e seu hino resumem uma conjunção perfeita da natureza privilegiada e do poeta inspirado. A cidade tem tudo o que se precisa para viver com qualidade de vida, com prazer e muito lazer.

A Florianópolis de nossos dias, contudo, contraria em parte o poeta, o que é profundamente lamentável. Cada vez mais Florianópolis convive com um fenômeno das grandes cidades, que são os engarrafamentos, provocados pelo trânsito intenso e muito complicado, resultante do número crescente de veículos nas ruas.

Quem diria, há uma década, que a Beira-Mar Norte hoje estaria praticamente saturada, o mesmo ocorrendo com as pontes Colombo Salles e Pedro Ivo, quase paralisadas nos horários de pico, o que também é realidade na Via Expressa. Na própria ilha, a movimentação para o norte, leste ou sul em muitos momentos já ultrapassa o limite da paciência. No auge da temporada de verão, os engarrafamentos se intensificam de tal forma que se tornou comum gastar o dobro, senão o triplo do tempo para cumprir percursos que fazem parte do nosso cotidiano.

Nossas estradas, pontes e avenidas já não dão conta da demanda do tráfego. O Departamento Estadual de Infra-Estrutura, o Deinfra, afirma que 130 mil veículos ingressam na ilha todos os dias. E o movimento chega a 150 mil veículos durante a alta temporada. O Detran da capital emplacou 25 mil novos veículos em 2007. É o tráfego congestionado, é o aumento da poluição.

Há oportunidades, como me relatou um médico, em que até os serviços de emergência ficam extremamente comprometidos. Este próprio médico me relatou que já houve situação em que foi chamado às pressas para atender a uma emergência no Hospital Celso Ramos, teve que abandonar seu carro no acostamento de uma estrada da ilha e apelar para a carona de um motoqueiro."

Ah! Parece uma coisa sem importância, mas cada um só vai sentir na pele o dia que este acontecido pegar um parente seu, porque é assim que as coisas caminham.

(Continua lendo.)

"Diante do atual quadro, conversei com especialistas em transporte urbano e convenci-me da necessidade de Florianópolis também olhar de frente para o mar, para as suas baías e tratar com seriedade, com responsabilidade o futuro dos jovens, pelo qual tanto é clamado aqui, mas talvez com coisas também sérias não se preocupem.

Desde a administração do hoje colega de bancada, deputado Edison Andrino, funciona o transporte por barcos entre a Lagoa da Conceição e a Costa da Lagoa. O também colega deputado Professor Grandi preocupou-se com o assunto quando foi prefeito de Florianópolis e criou a Cooperbarco.

As baías norte e sul têm boas condições de navegabilidade e mesmo os ventos sul e nordeste, em dias de maior intensidade, não prejudicam barcos que sejam literalmente adequados para travessias nesse tipo de percurso. Que sejam adequados e não negociados, é outra história.

As distâncias entre comunidades como Biguaçu, São José, Palhoça e a Ilha de Santa Catarina são relativamente pequenas. As travessias poderiam facilitar a vida das pessoas, desde que o transporte urbano já implantado também seja adaptado, funcionando de forma interligada com o marítimo. O usuário ganharia tempo e até uma nova paisagem na sua locomoção, nos seus deslocamentos. Lá em Joinville, como já relatei, no último sábado foi lançado o Jetvan, embarcação com capacidade para 20 passageiros que fará, em conjunto com o Jetbus com 84 lugares, o transporte aquaviário entre aquele município e São Francisco do Sul. A linha regular começa a operar em junho. O trajeto entre as cidades deve durar cerca de 40 minutos, num percurso que de carro leva mais de uma hora e mais de duas horas no verão.

Estudos já definiram que aqui as linhas com maior viabilidade para o início de operações fariam as ligações entre o centro histórico de São José e Biguaçu com um terminal previsto para a baía sul, próximo ao Centrosul, o nosso centro de convenções.

Tudo depende dos estudos de viabilidade econômica, que envolvem custos para implantar terminais de atracação, estações de passageiros, integração dos modais de transporte urbano, sinalização náutica e da definição dos critérios para licitação das linhas."

O Sr. Deputado Professor Grandi - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Concedo um aparte ao deputado e ex-prefeito Professor Grandi.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDI - Sra. deputada Ada De Luca, eu estava prestando atenção à leitura do seu pronunciamento e, por dever, eu gostaria de contribuir e dizer a todo o povo de Santa Catarina que há uma maneira de resolver essa questão do transporte marítimo.

Nós já tivemos rios navegáveis em Santa Catarina, de Itajaí a Blumenau; nós temos potencialidades nos rios Tubarão e Araranguá; a costa de todo o estado de Santa Catarina tem potencialidades; a ligação dos municípios da Grande Florianópolis com a nossa ilha-capital é outra possibilidade.

Quero dizer que realmente o governador já nos falou várias vezes que parece haver uma cabeça de burro enterrada! Nós temos que a desenterrar.

Tenho certeza de que o transporte marítimo vai sair na capital, como começou a sair em Joinville. Para isso não precisa negociação, precisa do que v.exa. falou: estudos de viabilidade e licitação, porque hoje a iniciativa privada, empresas que existem na América Latina e estão disponíveis no mundo todo, possui equipamentos para atender essa demanda com rapidez, com conforto e com preço mais barato, que é a característica do transporte marítimo e fluvial.

Ontem nós tivemos uma audiência pública sobre a ponte Hercílio Luz, a sua recuperação. Falou-se no metrô como integração dos municípios da Grande Florianópolis, mas chegou-se à conclusão de que investir tanto na ponte e não ter transporte marítimo também é uma falha.

Então, agora é o momento de todos nós nos unirmos, vencermos essa etapa, que é histórica. Ninguém é contra o transporte marítimo, agora nós entendemos por que isso não está ocorrendo.

Quando fui prefeito, como v.exa. falou, nós criamos as cooperativas de barcos, porque existe transporte marítimo em Florianópolis, poucas pessoas conhecem, entre a Lagoa e a Costa da Lagoa e entre o Rio Vermelho e a Costa da Lagoa! Estão lá funcionando! Fizemos funcionar por 89 dias, em que a lei permitiu, o transporte marítimo na ilha, em relação a Canasvieiras e em relação ao sul.

Esperemos que agora, já que pensamos juntos e estamos no governo, isto vá ocorrer.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Obrigada, deputado Professor Grandó.

Mas eu sei que não é fácil, pois se fosse uma atividade altamente rentável ela já estaria implantada há muitos anos e haveria milhões de brigas para participar, mas como não é altamente rentável o negócio, existem poucas pessoas que ajudam e participam dessa luta. A verdade é essa.

(Continua lendo.)

"Mas a comunidade que aqui vive tem que pensar seriamente no mar para aliviar o trânsito. Ao criar essa alternativa também poderemos oferecer várias outras atrações turísticas.

Fico pensando como seria interessante essa mudança a médio prazo, com a construção de muitos atracadouros no entorno da ilha e nas cidades que se estendem ao longo das baías, com barcos fazendo diversos percursos e travessias, a cidade ganhando um trânsito mais leve e ruas mais livres.

A capital pertence a todos, principalmente aos políticos que participam aqui, aos vereadores da capital, aos deputados estaduais, aos deputados federais e senadores. A capital é de todos e nós temos que preservar esta maravilha que é a capital de Santa Catarina.

Teríamos uma Florianópolis mais lúdica, como cantou o poeta Zininho. Um dia eu espero ver Florianópolis voltada para o mar. Eu espero que as autoridades competentes e a população unam-se a esse movimento! Vou marcar, como presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, uma audiência pública para que nós todos, Santa Catarina toda, todos os parlamentares, independentemente da sua região e do seu partido, venham tratar a ilha como uma ilha. Ai, sim, nós teremos muito do que nos orgulhar."

Eu trouxe o tema ao debate para exigir da sociedade, das autoridades competentes e dos políticos todos, da Câmara de Vereadores à esfera federal, uma reflexão."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos D25.

(Pausa)

Na ausência de deputados do Democratas que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado José Natal, que representa São José e a Grande Florianópolis, fazendo um bellissimo trabalho, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado, sr. presidente, pelos elogios. É São José da Terra Firme.

Sr. presidente, sra. deputada., srs. deputados, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, quero, desta tribuna, nesta manhã, parabenizar o deputado Professor Grandó pela audiência pública que propôs e da qual participamos ontem à noite, no Plenarinho Osni Régis, para falarmos da nossa querida ponte Hercílio Luz que completou, anteontem, 82 anos de existência.

Percebi, na noite de ontem, nesta Casa, que existe realmente, além do governador Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan, um número muito grande de pessoas que querem ver a ponte Hercílio Luz de volta ao convívio da sociedade de Santa Catarina, de volta ao cartão-postal de uso de toda a gama de turistas que visitam diariamente a nossa capital. Aquele belo cartão de visita é a soma de esforços de muitas e muitas pessoas.

Deputado Professor Grandó, que já foi prefeito da capital e que tem mostrado carinho com todas as coisas inerentes a Santa Catarina, com muita alegria, vi que um número grande de pessoas trouxe sugestões que achei extremamente pertinentes e viáveis. O prefeito de Florianópolis, Dário Berger, ou pelo menos o governador Luiz Henrique da Silveira com certeza ainda terá tempo para inaugurar a ponte e colocá-la à disposição da sociedade no seu mandato. Os outros que virão, que olhem com carinho os projetos daqueles que aqui estiveram na noite de ontem, deputados e catarinenses, para que a ponte seja realmente utilizada para o transporte de pessoas, para o turismo e também para as outras atividades que foram apresentadas.

Então, deputado Professor Grandó, parabéns v.exa. pela iniciativa e reitero que saí muito feliz da audiência. Quero repetir aqui o que lá disse ontem: eu não sou da idade da pedra, mas vivi a ponte Hercílio Luz por muitos e muitos anos. Eu era marmiteiro, carregava marmitta de São José para Florianópolis todos os dias, de segunda a segunda. E depois eu retornava a pé para economizar o dinheirinho do ônibus da pessoa que me pagava a passagem mensalmente. E muitas e muitas vezes atravessei a ponte Hercílio Luz.

E nessas travessias de ônibus, quando o trilho ainda era de madeira, um determinado motorista da empresa Biguaçu, que faleceu há menos de cinco ou seis anos, tinha tomado uns tragos e, numa brincadeira, alguém o desafiou e ele respondeu: "Não, de olhos fechados eu não atravesso, mas vou passar dirigindo com os pés". Assim, um ônibus lotado de passageiros atravessou a ponte Hercílio Luz dirigido com os pés - um ônibus F-600. Foi um agito dentro do ônibus, mas ele conseguiu do início ao fim. É lógico que depois houve problemas, perdeu o emprego, mas eu vivenciei essa história junto com muitas e muitas pessoas que estavam no coletivo naquele dia.

Então é com muita alegria que eu falo da ponte Hercílio Luz e da nossa capital, que por diversas vezes foi colocada no patamar do melhor destino turístico do Brasil. E continuará sendo porque o governador Luiz Henrique da Silveira tem determinação, assim como a iniciativa privada, que o tem apoiado, também tem determinação, e a ponte é, e será, uma realidade para uso de todo os que pretendem conhecer Florianópolis e para aqueles que querem voltar a fazer as travessias a pé, aqueles que pretendem realmente ter uma flexibilidade no trânsito da capital, pois ela será utilizada pelo metrô de superfície ou por uma alternativa qualquer.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Antes de entrar em outro assunto, concedo um aparte a v.exa., deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sr. deputado José Natal, srs. deputados e sras. deputadas, Florianópolis, sem dúvida nenhuma, a ilha mais bela do país, uma das mais bonitas capitais, tem encantado não só a nós, catarinenses, quando circulamos no entorno da ilha, mas a todos os brasileiros que aqui vêm.

Inúmeros programas televisivos têm colocado ainda mais a nossa cidade como ponto turístico e como destino de muitas pessoas que se aposentam e resolvem vir morar aqui nesta bela ilha. E naturalmente as nossas entradas para a ilha têm sido um empecilho para o maior desenvolvimento e maior conforto daqueles que aqui moram.

Vejo que esse investimento que o governador faz, dando um novo destino para a ponte, facilitando quando tivermos o trem de superfície passando por ela, sem dúvida nenhuma, além de melhorar ainda mais o cartão-postal de Florianópolis, que já é belo, irá encantar ainda mais todos os turistas que para cá vêm, principalmente na Copa de 2014, quando Santa Catarina receberá um grande número de pessoas.

Estamos preparando, então, a nossa capital para um estado que cresce muito, que cresce pulverizado em todos os municípios, e a capital não poderia ficar para trás.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado!

Nessa linha, deputado Serafim Venzon, devo dizer que nas apresentações que foram feitas ontem com relação ao metrô de superfície, o que achei mais interessante e mais viável para a capital foi aquele aéreo, em cima de colunas - e o deputado Professor Grandó conhece bem. Realmente penso ser o mais viável, num primeiro momento, pelo que percebi.

Mas quero aqui também, nesses minutos restantes, reportar-me à sessão realizada na noite de ontem nesta Casa, em homenagem à Fundação Catarinense de Educação Especial, que completou 40 anos de existência em favor das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Vejam que há 40 anos já havia aqueles que dedicavam a sua vida, tanto profissional, como voluntária, em favor das pessoas com necessidades especiais. Isto é uma riqueza muito grande que a Fundação Catarinense de Educação Especial tem no seu currículo em favor dessas pessoas: o trabalho prestado por abnegados profissionais. E é um trabalho difícil, sendo que muitas vezes esses profissionais não são reconhecidos pelo Poder Executivo em todos os níveis - porque lá há pessoas do estado e dos municípios à disposição e que muitas vezes não são reconhecidas.

A eles, a minha felicidade de poder aqui agradecer pela alegria que eles proporcionam a tantos que por lá passaram e que lá ainda estão; a alegria que eles proporcionam às crianças e aos jovens que lá estão, fazendo com que possam ter uma melhor convivência na sociedade, uma melhor qualidade de vida, podendo dominar já, dependendo da sua deficiência, os seus gestos e os seus passos sozinhos. E devemos isso, com certeza, àqueles que se propuseram a ser professores e orientares dentro da Fundação Catarinense de Educação Especial.

Que Deus abençoe a vida daqueles que lá estão e daqueles que por lá já passaram, dando a sua contribuição. Com certeza absoluta, a Fundação Catarinense de Educação Especial é um marco em Santa Catarina!

Parabéns ao presidente desta Casa e a todos aqueles que estiveram aqui ontem. Sabemos nós que o presidente Julio Garcia é um parceiro de primeira hora das pessoas portadoras de necessidades especiais no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó, ex-prefeito da nossa belíssima capital, Florianópolis, e que representa o Partido Popular Socialista, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente e companheiros deputados, por inspiração do deputado José Natal e da deputada Ada De Luca, hoje se falou sobre transporte.

O transporte tem que ser visto de uma forma sistêmica, como um todo, envolvendo o máximo possível a comunidade. É uma necessidade básica do mundo moderno o direito de ir e vir, de se deslocar num transporte com qualidade, num transporte com menor preço e com a maior rapidez. Isso é o que nos exige o mundo moderno.

Mas, além da questão do transporte marítimo, do transporte com metrô, do transporte rodoviário, temos um problema sério que quero trazer hoje para Santa Catarina, que nos preocupa, deputado José Natal, e pelo qual lutamos.

Aqui foi falado na questão do licenciamento. O governo do estado através do Deinfra; o companheiro Romualdo; a secretaria dos Transportes; a prefeitura; os órgãos ambientais, todos estão a exigir, no prazo, o licenciamento, a viabilidade. Pois bem, foi para licitação e, pasmem, srs. deputados, no mundo moderno de hoje, à licitação não se apresentou nenhuma empresa, nenhum grupo se credenciou para construir o que eu chamo da maior obra da integração de transporte, porque envolve, inclusive, caminhos para chegar até lá e está relacionada com os demais tipos de transporte, que é a ampliação do Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

Ora, meus amigos, está prevista para 2010 a conclusão dessas obras. Elas eram uma exigência da Infraero e de todos nós, catarinenses. Fizemos o dever de casa, cumprimos com a nossa obrigação e a notícia, hoje, do *Diário Catarinense* é a seguinte:

(Passa a ler.)

"[...]"

O fracasso na licitação de uma etapa das obras para ampliação do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis, frustrou empresários do setor de turismo do Estado.

Em reunião, ontem, os integrantes do *trade* turístico analisaram a situação.

- Como o aeroporto está no limite, esse atraso irá comprometer o crescimento do turismo de lazer, negócios e eventos - afirmou[...].

Licitação encerrada dia 28 de abril deveria selecionar uma empresa para realização de projetos. No início, 17 empresas se inscreveram, porém nenhuma apresentou proposta. Para os empresários, o desinteresse foi causado pelos preços baixos. De acordo com Macedo, estaria ocorrendo boicote por parte da Infraero para dar prioridade a obras de outros estados.[...]"[sic]

Será que isso é verdade? Será que Santa Catarina merece isso, com toda luta que o governador está travando, com toda luta que os políticos de Santa Catarina, as empresas e os cidadãos de Santa Catarina estão travando?

Será que estão priorizando outros aeroportos? E o nosso - olhem bem agora o principal, meus amigos - aeroporto é o terceiro em número de voos internacionais regulares e o primeiro em vôo *charter*.

Nós recebíamos - na época eu era prefeito e ia ao aeroporto de madrugada - aqueles voos *charter* que vinham com grande leva de argentinos, mais de 800 voos por temporada. Somos o maior aeroporto de vôo *charter* e o terceiro em voos internacionais, repito!

Será que outros aeroportos estão sendo priorizados para prejudicar Santa Catarina e o governo do estado?

Eu gostaria que o governo federal se manifestasse, e é neste sentido o pronunciamento do nosso partido, o PPS, no seu horário partidário!

Vejo que o deputado José Natal gostaria de me apartear. Peço desculpas por não conceder-lhe um aparte, pois o meu tempo já se esgotou.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Fará uso da palavra, pelo partido, o professor Jaime Pasqualini, que é de Rio do Sul e representa, para orgulho nosso, o alto vale do Itajaí nesta Casa, juntamente com o deputado Jailson Lima e eu.

Com a palavra o sr. deputado Jaime Pasqualini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAIME PASQUALINI - Sr. presidente Rogério Peninha Mendonça, srs. deputados e sras. deputadas, a minha fala, no dia de hoje, parte de um comentário que o jornalista Cláudio Prisco faz na sua coluna Canal Aberto. Ele comenta que, apesar da condenação da Justiça, apesar do despacho de um juiz aqui da capital, determinando que o prefeito Dário Berger suspenda a publicidade, ou propaganda, como queiram, do seu governo, da sua intitulada prestação de contas, apesar do despacho que proíbe esse tipo de publicidade indevida e irregular, a notícia que se tem através do jornalista é que ele mantém essa propaganda indevida promovendo a sua reeleição na capital.

Diz ainda Prisco Paraíso: "[...]sujeito a multa diária de R\$ 50 mil, a contar do dia da sentença".[sic]

Confesso que eu tinha esse despacho, deputado Valmir Comin, guardado em minha gaveta porque entendia, na sua leitura, deputado Sargento Amauri Soares, que é uma das poucas sentenças, ou despachos, do Judiciário catarinense que eu posso considerar uma pérola, e é da lavra do juiz de Direito, dr. Hélio do Valle Pereira.

Quando ele recebeu a ação popular contra o prefeito Dário Berger, ela dizia que o prefeito estava fazendo propaganda indevida para promoção pessoal e, claro e evidente, visando a sua reeleição.

Eu faço questão, deputado Jailson Lima, de transcrever parte do despacho que proibiu o prefeito de fazer essa publicidade. É uma verdadeira pérola!

Diz o juiz de Direito aqui da capital, da Vara dos Feitos da Fazenda.

(Passa a ler.)

"1. O Município de Florianópolis é entidade extraordinariamente rica. A opulência de seu orçamento permite toda sorte de extravagância. O fausto de suas receitas ultrapassa a criatividade do administrador: falta onde aplicar tanto dinheiro!" Isso em tom jocoso, evidentemente. Vejam ainda mais.

(Continua lendo.)

"Há agravante.

As necessidades dos municípios já não existem: Educação, saúde, saneamento básico, moradia, transporte, enfim, essas coisas cotidianas estão superadas. Não há pobres nem se encontra a possibilidade de investir naquilo que em outros locais é prioritário. Todos estão sobranceiros; não fosse povo tão cordato, seriam tidos por presunçosos.

2. Políticos têm aversão à reeleição."

Evidentemente que o juiz está fazendo um comentário jocoso sobre a atitude do prefeito da capital.

E então ele finaliza.

(Continua lendo.)

"[...]"

4. Já é suficiente.

De verdadeiro, há apenas má literatura nos itens anteriores.[...]" Uma modéstia daquele magistrado.

E finalizou, então, no seu despacho concessivo de liminar, o juiz de direito da capital, dizendo:

(Continua lendo.)

"[...]"

Assim, defiro, por hora, apenas parcialmente, a liminar, impedindo que o Município de Florianópolis divulgue qualquer publicidade relacionada a obras ou serviços por ele já realizados."[sic]

Veja, deputado José Natal, que obedecer à Justiça já não é mais uma coisa certa. Temos uma decisão de um juiz de Direito determinando a paralisação, e o prefeito, talvez pela escola de seu partido, já diz: "Isso eu vou cassar, isso ou vou dar um jeito."

É lamentável porque eu aprendi desde criança, na escola e no meu curso superior, que ordem judicial não se discute, cumpre-se. Aqui em Florianópolis, num desprestígio à Justiça, à lei e à ordem, o prefeito da capital insiste em fazer a sua literatura, a sua apologia da reeleição, o que é lamentável.

Quero, portanto, parabenizar Prisco Paraíso por esse comentário denunciador. E com certeza o Ministério Público, sempre vigilante, e a Magistratura, de pé sempre atuante, tomarão as medidas necessárias para que a lei e, acima dela, a Justiça sejam cumpridas com a obediência dessa pérola que é o despacho desse brilhante juiz - não o conheço, mas pela sua decisão -, dr. Hélio do Valle Pereira.

Mas eu me lastreio em outro comentário, também de autoria do Prisco Paraíso, dizendo que o deputado João Matos, do PMDB, esteve em Brasília, recentemente, deputado Sílvio Dreveck, acompanhando o nosso prefeito de Rio do Sul, Milton Hobus, junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, autarquia federal, junto ao seu presidente Daniel Silva Balaban, para assegurar R\$ 1 milhão para a minha cidade.

Vejo também, através da internet, que além desse R\$ 1 milhão assegurado pelo governo federal, pelo governo Lula, tão criticado no meu município pela oposição feita pelo nosso prefeito, ele vai a Brasília buscar recursos federais para auxiliar na sua administração. Vejo que ele buscou no ministério do Turismo mais R\$ 150 mil para a construção de um pórtico turístico.

Deputado Rogério Mendonça, parabéns ao prefeito de Rio do Sul, que está buscando em todas as instâncias, canais e esferas governamentais dinheiro, verbas, para o nosso município. Evidentemente que isso me traz certa dúvida, porque num passado recente ele pertencia à nossa agremiação, mas como o governador Luiz Henrique da Silveira ofereceu bastantes recursos para a nossa cidade, para obras que foram inauguradas e não acabadas, o prefeito de Rio do Sul trocou de partido e seguiu para outra agremiação. Quem sabe agora essas verbas, quando chegarem, possam induzi-lo a uma nova troca de partido, justificando que está trazendo recursos para a nossa cidade, o que é salutar, deputado Edson Piriquito.

Por fim, eu quero finalizar a minha fala dizendo que Rio do Sul vive um novo tempo de lideranças, de pessoas interessadas no seu desenvolvimento. Nesse desenvolvimento existem metas que foram incluídas no Plano Plurianual. Mas eu voltarei numa outra oportunidade para reivindicar essas importantes obras, deputado Rogério Mendonça, que almeja ocupar a Presidência desta Casa, para a nossa cidade, para a nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Passaremos à Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Sociedade Esportiva e Recreativa Albertinense, cumprimentando-o pela realização da Festa dos Reis e Rainhas, no município de Rio do Sul.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu, Dona Emma e Pinheiro Preto, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria-geral da Rede de Supermercados Angeloni, cumprimentando-a pelos 50 anos de existência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da comissão central organizadora da Festa Nacional do Pinhão, no município de Lages, cumprimentando-os pela realização do evento.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria da bancada do PT, a ser enviada a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, parabenizando-a pelo trabalho à frente do ministério.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Odete de Jesus, faço uso da tribuna, no dia de hoje, para abordar um assunto, meu amigo líder progressista, presidente da comissão de Ciência e Tecnologia, Minas e Energia, deputado Silvío Dreveck, relacionado à produção de cerâmica vermelha no estado de Santa Catarina.

Nós, desde o início do primeiro mandato, assim que adentramos ao Parlamento catarinense, tivemos a satisfação de coordenar um trabalho, juntamente com o primeiro-secretário desta Casa, deputado Rogério Mendonça, voltado ao incentivo do arranjo produtivo da cerâmica estrutural, a cerâmica vermelha.

Nós temos hoje, no estado de Santa Catarina, 753 olarias, empresas que na sua grande maioria, 98%, são familiares - no Brasil são 12 mil cerâmicas dessa natureza - e que geram aproximadamente 40 mil empregos, mão-de-obra desqualificada.

Meu caro presidente, deputado Rogério Mendonça, é necessária uma ação forte, urgente, prática e objetiva, tanto do governo estadual, quanto do governo federal, pois 90% dessas empresas estão ameaçadas de fechamento num espaço muito curto de tempo, meu amigo, deputado Professor Grando.

Visitei, no estado de São Paulo, empresas portuguesas e espanholas que produzem tijolos, telhas, cerâmica vermelha, com um sistema totalmente automatizado, robotizado. Dessa forma, uma empresa com 26 funcionários consegue produzir mais de um milhão de telhas, jogando um produto de excelência no mercado, com um preço competitivo. Enquanto isso, nós precisamos de 200, 300 funcionários para chegar a essa produção, trabalhando 24 horas por dia, sem descanso. Não é preciso ser um experto ou um bruxo para adivinhar o que ocorrerá no estado.

Srs. deputados, se não houver uma ação enérgica por parte dos governantes, teremos um bolsão de desemprego muito grande, uma calamidade social enorme nos arredores de muitos municípios dos quatro pólos cerâmicos do estado: o sul, o norte, a região de Canelinha, Tijucas e Rio do Sul e a região de Chapecó.

Iniciamos um trabalho em 2001, deputado Professor Grando, com a participação da Universidade Federal de Santa Catarina, através de teleaulas, de conferências, qualificando e requalificando os profissionais dessa área. Infelizmente, com a alternância de poder, esse projeto acabou indo para a gaveta e não conseguimos mais ressuscitá-lo. O deputado Rogério Mendonça tem feito muitos esforços nesse sentido. Criamos, na ocasião, no município de Morro da Fumaça um laboratório para pesquisa; a seqüência seria criar outro na região norte e depois na região do alto vale do Itajaí. Mas, infelizmente, não conseguimos prosperar, propagar esse projeto que tanto almejávamos.

É preciso que se criem alguns mecanismos de incentivo, de fomento. Nós temos que acabar com essa imagem de que quando o técnico da área ambiental chega numa olaria, o oleiro sai correndo para se esconder atrás da pilha de tijolos.

É verdade, deputado Professor Grando! Trata-se de uma classe totalmente desassistida, uma demanda de 40 mil empregos de, como eu disse e volto a frisar, mão-de-obra desqualificada, mão-de-obra primária. É preciso criar mecanismos de incentivos através dos bancos de fomento, como o Badesc e o BRDE, a fim de facilitar a linha de crédito para que essas empresas possam conseguir sobreviver com qualidade, com preço, para poder competir nesse mercado perverso globalizado que estamos vivenciando nesse momento.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. colocou o dedo realmente na ferida. Nós acompanhamos um pouco a luta da cerâmica vermelha nas olarias, primeiro com a questão do gás, que teve o preço elevado e praticamente inviabilizou a utilização dessa energia limpa; e depois com a questão de um ajuste de conduta de que participamos com o Ministério Público, para que a atividade fosse legalizada. V.Exa. falou dos conflitos entre o órgão ambiental e quem estava na atividade. Mas foi feito, como disse, um termo de ajustamento de conduta de forma ampla, democrática e transparente.

Vencidas essas etapas, vem agora a automação. E realmente através da automação produz-se mais e melhor. É só pegarmos o exemplo de Criciúma, onde havia 22 mil mineiros e hoje há três mil, que produzem mais, melhor e nem se fala mais em pneumoconiose. Se pegarmos a Hering, veremos que ela tinha 15 mil funcionários, agora tem três mil e produz mais e melhor com os teares que funcionam com computador. Também a Fundação Tupy, que já teve dez mil funcionários e hoje tem pouco mais de dois mil, com os quais produz mais e melhor em função da automação.

E assim vai acontecer com a cerâmica vermelha, com as olarias que v.exa. esteve visitando. E v.exa. destacou um ponto importante, que eu citei como dedo na ferida, ou seja, não queremos dinheiro público, queremos que o banco de fomento financie, pois é sua função. São 40 mil empregos numa atividade primária, que poderão realmente ajudar o desenvolvimento e fixar o homem na sua cidade. Não será preciso sair de Morro da Fumaça, por exemplo, onde há olarias; também não será necessário sair do sul, do norte ou do oeste.

Então, é nesse sentido que v.exa. tem o nosso total apoio. Quem sabe possa apresentar uma moção ou um requerimento, a fim de encaminhar a todos os bancos de fomento uma mensagem solicitando que olhem com cuidado a questão e financiem as cerâmicas vermelhas, as olarias de tijolos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Já mantivemos contato com o deputado Silvío Dreveck, que é o presidente da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, juntamente com o deputado Rogério Mendonça, que preside a sessão neste momento, e faremos três audiências públicas no estado de Santa Catarina, uma no sul, uma na região norte e outra no alto vale, ocasião em que traremos para o debate pessoas renomadas, conhecedoras do assunto, representantes do governo, a fim de buscarmos um alinhamento e traçarmos algumas diretrizes básicas.

Faremos os encaminhamentos necessários juntamente com os bancos de fomento para chamá-los à responsabilidade. Esse é um tema comum, é um problema de nós todos. Nós, como agentes públicos, e o estado temos o dever de ser os motivadores da sociedade. Esse é o papel que o estado tem que cumprir, porque ninguém está pedindo nada de graça, não! O que nós pedimos é a oportunidade de inclusão social e

esse é o papel que nós vamos desempenhar aqui na Assembléia Legislativa, em parceria com o governo do estado, com o governo federal e com os organismos de fomento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Inscrição para falar o sr. deputado Sílvio Dreveck, ex-prefeito de São Bento do Sul, Capital Moveleira de Santa Catarina e, quem sabe, até do Brasil, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, hoje os assuntos aqui debatidos são os mais relevantes, começando com o transporte.

Acabei de ler uma matéria no jornal *A Notícia*, na coluna de Cláudio Loetz, sobre o transporte ferroviário, mais especificamente sobre a empresa América Latina Logística - ALL -, que tem a concessão de uma das linhas ferroviárias passando por Santa Catarina.

A matéria diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"A movimentação de mercadorias por parte da América Latina Logística (ALL) cresceu 17,7% em 2007, em comparação com 2006. Ultrapassa os 7 milhões de toneladas por quilômetro útil. O lucro foi de R\$ 22 milhões. As principais obras para aumento da capacidade são a ampliação do pátio ferroviário, em Rio Natal, perto de Corupá, de triagem, em São Francisco do Sul, e o reforço na via nos trechos de Mafra e obras no terminal de Lages." [sic]

Diante dessa realidade brasileira, a constatação é que se os governos não investirem no transporte ferroviário e fluvial, principalmente no ferroviário, não haverá recursos estaduais e federais para suportar o sistema viário brasileiro. Por mais que se façam privatizações, concessões, a economia cresce, o número de veículos cresce, o excesso de peso nas rodovias é evidente e não há como a malha viária suportar. E, o que é mais grave, aumenta o número de acidentes com vítimas no Brasil.

O sistema ferroviário construído e ampliado certamente vai dar outra dinâmica no desenvolvimento do Brasil, tornando-o mais competitivo porque o custo da produção é alto em função do transporte ser feito pela malha rodoviária, cujo custo é maior que pela malha ferroviária.

Nós acreditamos, deputado Valmir Comin, que preside a sessão no momento, que se existirem investimentos por parte dos governos, com a participação da iniciativa privada, poderá haver um avanço extraordinário no que diz respeito à competitividade do Brasil, gerando mais riqueza e emprego.

Outro setor que enfrenta problemas, deputado Valmir Comin, é o setor da cerâmica vermelha, que é da maior relevância no estado de Santa Catarina. No mesmo sentido, nós, do planalto norte catarinense, passamos por uma situação semelhante no setor moveleiro, pois a cada dia uma empresa fecha as portas porque não suporta competir no mercado nacional e internacional. Conseqüentemente, aumenta o desemprego.

Nesta semana o governo federal tomou algumas medidas com relação ao parque industrial do setor moveleiro, mas são insuficientes para suportar a competitividade internacional, principalmente em função do câmbio que é totalmente desfavorável ao setor que exporta produtos com valor agregado.

É verdade que as *commodities* continuam puxando o Brasil para cima nas exportações. Mas isso é insuficiente, porque o que vai gerar riqueza, o que vai gerar emprego é o produto com valor agregado.

E, aproveitando as manifestações no dia de hoje dos deputados que me antecederam, eu penso que entre outras ações do governo do estado, do governo federal de criar mecanismos para fomentar o setor produtivo, especialmente aqueles que passam por essa dificuldade, como o setor da cerâmica vermelha, o setor moveleiro, o setor têxtil, nós temos a oportunidade de debater sobre esse assunto na reforma tributária.

Nós deveremos fazer em Santa Catarina seis audiências públicas, através da comissão de Finanças e Tributação, formando uma subcomissão com os deputados Renato Hinnig, Décio Góes, Odete de Jesus, das quais nós pretendemos participar.

Queremos levar ao nosso Congresso Nacional, aos nossos deputados federais esse grande pleito que é a redução da carga tributária, porque a nossa carga tributária, na última década, pouco mais do que isso, elevou-se de 25% do Produto Interno Bruto para, aproximadamente, 38% do Produto Interno Bruto.

Obviamente que com uma carga tributária elevada a nossa condição de competir e de avançar na geração de emprego é limitada. É o momento, então, de reduzir impostos, desonerar a folha de pagamento dos encargos sociais, pois temos a maior e mais alta carga tributária do mundo; é o momento de desburocratizar a ação trabalhista, torná-la mais ágil, mais prática; é o momento de fazermos de fato a reforma tributária, equiparando as alíquotas no que diz respeito ao ICMS.

Nós temos uma guerra fiscal neste Brasil que vem prejudicando muito, principalmente o estado de Santa Catarina. O nosso estado tem uma alíquota de 17%; o Paraná tem uma alíquota de 12%; o Rio Grande do Sul tem uma alíquota de 12% e o estado de São Paulo tem uma alíquota de 12%. E eu volto a repetir: a nossa região, que faz fronteira com o estado do Paraná, tem deixado de vender muitos e muitos produtos porque em muitos locais e em muitos municípios é preciso apenas atravessar o rio por uma ponte e comprar no Paraná. E, pior do que isso, além de produtos acabados, a indústria catarinense está deixando de vender porque clientes que eram de Santa Catarina, da indústria catarinense, estão comprando no Paraná, em São Paulo, no Rio Grande do Sul porque 5% representam muito dinheiro para a compra de produtos e uma empresa hoje não deixa de observar e de comprar por um custo menor, desde que a qualidade seja do mesmo padrão.

Então, é o momento de nós, deputados estaduais, junto com os deputados federais, fazermos de fato essa reforma tributária, que se vem arrastando há anos, e o momento político favorece, porque o governo federal tem maioria no Congresso Nacional. O governo do estado também tem uma grande base governista. E não é aumentando a alíquota que nós vamos arrecadar mais, mas aumentando na horizontal, cobrando de quem não paga.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o eminente deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jaime Pasqualini.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jaime Pasqualini, com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, eu quero, antes de mais nada, esclarecer ou pelo menos colocar o meu ponto de vista acerca de uma frase que o deputado Pedro Uczai utilizou na manifestação do seu partido político ao dizer que este deputado ficou constrangido porque o PDT faz parte da base do governo, pela sua posição favorável aos servidores públicos e que muitas vezes fica difícil defendê-la em favor dos trabalhadores.

Quero esclarecer que entendo a intenção do deputado Pedro Uczai, mas quero dizer também que nunca fiquei e jamais ficarei constrangido em votar a favor dos trabalhadores, em favor dos funcionários públicos, mesmo que isso venha significar ter que votar e posicionar-me contrário a algum projeto que tenha sido encaminhado pelo governo.

Eu não fui eleito, eu já falei isso várias vezes desta tribuna, para ser um deputado do governo ou da Oposição. A nossa eleição passou por um conjunto de compromissos com os servidores públicos, especialmente da área da Segurança, com as praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e demais servidores públicos em geral, pelo fortalecimento do serviço público, pelo apoio aos pequenos agricultores, pela defesa das causas do meio ambiente.

Portanto, é com esses compromissos que nós estamos nos posicionando nesta Casa, e isso não vai mudar.

Entendo política como debate de idéias, debate de projetos, debate de programas. Política para mim não é negócio, e se um determinado dia passar a ser negócio, eu saio por aquela porta para fazer outra coisa. Mas continuarei fazendo política, pois não sou homem de negócio.

Srs. deputados, para repetir mais uma vez e esclarecer o nosso posicionamento, eu quero dizer que a nossa posição sobre o lprev, o PLC n. 0050/2007, já foi manifestada nas nove audiências públicas que foram realizadas pelo estado afora, e eu e o deputado Herneus de Nadal, líder do governo, participamos de todas. Em todas as nove não deixei de me manifestar e a posição sempre foi muito clara, dentre outras considerações, posicionando-me de forma incondicional, inalienável, ao lado do movimento dos servidores.

Para provar isso passo a ler a Moção da Associação Catarinense de Professores, a ACP, de uma assembleia que realizou no último dia 7, na semana passada, na qual consta o seguinte:

(Passa a ler.)

"MOÇÃO PELA DEVOLUÇÃO DO PLC 0050.6/2007

Associados da Associação Catarinense de Professores no encontro realizado no dia 07/05/2008 em Florianópolis, aprovaram por unanimidade o envio deste documento, pedindo a devolução do PLC 0050.6/2007, que pretende modificar o Regime Previdenciário dos Servidores públicos Estaduais.

ACP 55 Anos Fazendo História" [sic]

Este é o nosso posicionamento: ao lado do movimento dos servidores, como anteriormente mencionei.

Quero registrar, mais uma vez, que hoje, 15 de maio de 2008, uma manhã ensolarada na nossa capital catarinense, faz um ano que, noutra manhã ensolarada como esta, mais de três mil servidores da Segurança Pública, especialmente praças, caminharam até o Centro Administrativo para reivindicar, para negociar a integralidade do pagamento da Lei n. 254, que foi aprovada por esta Casa e sancionada pelo governador em dezembro de 2003.

Se pegarmos tudo o que se pagou a título da Lei n. 254, com os abonos e mais aqueles 20%, o pagamento foi cumprido mais ou menos pela metade. Mas faz dois anos e sete meses que parou a negociação dessa lei. É a categoria de servidores públicos, os da Segurança, que faz mais tempo que não negocia salário com o governo, mas não por que não pretenda.

Estivemos lá em maio do ano passado com um número significativo, surpreendente até, de servidores da Segurança para cobrar a parte que faltava na negociação, o parcelamento, e nenhuma proposta foi feita por parte do governo. E é preciso que isto fique claro definitivamente e que não seja divulgada a mentira pelo estado afora, entre os nossos servidores da Segurança, de que o governo teria oferecido alguma coisa, mas nós, na nossa intransigência, não teríamos aceitado. Em absoluto isso aconteceu. Nenhum governo jamais ofereceu qualquer avanço salarial, qualquer proposta de benefício para qualquer servidor da Segurança Pública que nós não tenhamos sentado para negociar.

Portanto, em 15 de maio do ano passado não houve nenhuma proposta do governo com relação à Lei n. 254. Houve um esboço que se constituiu numa enrolação de que naquele mesmo dia diriam alguma coisa a respeito dos números, mas no final da tarde disseram que não tinham nada para dizer a respeito de números. E já faz um ano, mais de um ano, porque a última vez que o governo negociou salário com os servidores da Segurança Pública, repito, foi no dia 10 de outubro de 2005. Portanto, dois anos, sete meses e cinco dias.

Talvez esse seja o respeito que nós, servidores da Segurança, tenhamos que receber do governo que nós ajudamos a eleger de forma clara, inequívoca. Foi a única categoria, deputado José Natal, a única entidade, a Aprasc, que fez uma assembleia com 1.300 praças, nesta capital, no segundo turno da eleição de 2006, para que os praças dissessem em quem iriam votar.

Essa situação é indigna e às vezes vergonhosa, porque teriam que ter respeito conosco, não com este deputado tão-somente, como presidente da Aprasc, mas com os demais diretores da Aprasc, com as lideranças dos praças, nas 293 cidades. E continuamos aguardando uma palavra do governo em termos da Lei n. 254.

Tivemos o Prêmio Educar, que se constituiu num castigo educar, e a nossa posição todos conhecem. Foi feita de forma errada, tanto que agora a posição do partido do governo é de não discutir mais nada em termos salariais enquanto não resolver os problemas dos professores aposentados. Mas nós já dizíamos isso há dois meses, desde o mês de março. Nós continuamos esperando e talvez por algum requinte de maldade, a situação chegou a esse ponto.

O governo nos deixa por último de propósito, mas tem que, antes, corrigir os erros que ele próprio cometeu no tratamento salarial dos servidores da Educação. E nós continuamos aguardando: 15 de maio de 2008. Esse prazo, essa situação vai-se esgotar; o prazo para que o governo apresente uma proposta concreta que possa ser debatida pelos servidores da Segurança Pública vai-se esgotar.

Os praças retornarão à mobilização e que ninguém tenha dúvidas com relação a isso. E que ninguém diga depois que não avisamos, que estamos com muita pressa, que somos intransigentes! Já passamos do limite suportável da paciência com relação a esse assunto da...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentar o eminente deputado Valmir Comin, que está presidindo a sessão na manhã de hoje, bem como a sra. deputada, os srs. deputados, os visitantes, os professores aposentados, com os quais temos o compromisso de encaminhar um projeto o mais rápido possível nesta Casa. É um compromisso de todos, porque o direito de viver é um só. Evidentemente que quem já prestou seu relevante serviço também tem que ser reconhecido, apesar de isso não ter acontecido em Brasília, quando os deputados votaram contra a emenda a um projeto que beneficiaria os aposentados do Brasil. Infelizmente, a emenda não foi aprovada, mas em Santa Catarina os deputados estão trabalhando em outro encaminhamento para buscar essa retaguarda e dar uma sobrevida àqueles que prestaram relevantes serviços - os aposentados da Educação em nosso estado.

Srs. deputados, eu quero, hoje, levantar um pouquinho a questão da economia da minha região que, ao longo do tempo, tinha e ainda tem como principal produto o fumo, pois há uma ação no Brasil e no mundo para parar com a produção de fumo. Mas a minha região, o extremo sul de Santa Catarina, que é composta de agricultores que têm de sete a dez hectares de terra, não sobreviveria com outro tipo de plantio a não ser o fumo. O fumo tem sido importante e fundamental para a economia da nossa região, porque tudo aquilo que se produz retorna em recursos que são reinvestidos. Por isso a importância do plantio do fumo.

Tenho moral para defender porque não fumo, mas sei o que significa para Santa Catarina, para o sul do país e para o Brasil o plantio do fumo, pois é altamente tributável para os governos. Então, evidentemente, vou continuar defendendo o plantio do fumo, porque, no meu entender, é uma cultura fundamental para Santa Catarina.

Traz problemas? Até pode trazer, mas no momento em que discutirmos que o fumo mata, a bebida alcoólica também mata, então é preciso trabalhar as duas linhas. E a bebida alcoólica desestrutura a família, o cigarro não. Quantos casais, quantas famílias estão desestruturadas por causa da bebida alcoólica? Ela também mata, também é perigosa, portanto é preciso discutir com muita responsabilidade tudo isso.

Muitos gostam. Eu, graças a Deus, não uso esses produtos, o meu corpo não recebe bebidas alcoólicas. Entendo que são peças importantes, mas se tiver que proibir uma, terá que proibir a outra. Eu não estou aqui pela proibição, estou na defesa dos fumicultores da nossa região. A fumicultura é fundamental para a economia do vale do Araranguá. Em Içara, hoje, há um plantio extraordinário; individualmente é quase o município que mais planta fumo e sustenta muitas e muitas famílias.

Depois vem o plantio de arroz na nossa região, onde se trabalhava muito, muito, e apenas se colhiam 30, 35 sacas por hectare do arroz tipo 3, o arroz vermelho, falhado. Mas temos que aqui fazer um registro: a Epagri é uma empresa fundamental para Santa Catarina, que trabalha para aumentar a produtividade, com tecnologia, transformando Santa Catarina. E foram trabalhando em cima da produção de arroz, que passou de 30, 35 sacas, para 50, 70, 100, 150 sacas e hoje chegam a colher 200 sacas de arroz por hectare. Sabem qual é o tipo? Não mais o tipo 3, mas o tipo 1, arroz de primeira linha, arroz de qualidade, arroz de semente.

É assim que vive hoje a minha região, uma economia sólida. Passou algumas dificuldades por uns dois anos com o preço do arroz, deputado Sílvio Dreveck, mas finalmente este ano iniciou com R\$ 21,00 a saca e hoje já está a R\$ 38,00. Os agricultores estão com esperança de continuar na roça produzindo, trabalhando para a riqueza deste país.

Não é preciso também o preço disparar, tem que haver um equilíbrio para que os agricultores continuem trabalhando sem comprometer a economia, porque de repente, com o custo muito alto, haverá dificuldade das pessoas mais pobres comerem um produto tão importante como o arroz.

A nossa região vem produzindo uma soma astronômica, é a maior produtora de arroz irrigado do Brasil e leva essa tecnologia para o Rio Grande do Sul, onde havia o principal plantio, mas que hoje está usando a nossa tecnologia para aumentar a produção e a qualidade do seu arroz. Antigamente se comprava o mesmo tipo de arroz, só que o nosso era mais fraco; hoje é o contrário, até o arroz que está sendo exportado estão pedindo que seja de Santa Catarina. No Rio Grande do Sul já estão usando a nossa tecnologia, muitos agricultores fortes da nossa região já compraram terreno lá e estão produzindo arroz irrigado, que dá uma produtividade extraordinária.

Por isso vim aqui marcar aquilo que é importante e fundamental para a minha região. Ela precisa ainda de muitos investimentos na área de geração de emprego e renda, porque a agricultura é muito forte, mas a área empresarial ainda é fraca.

Hoje, com a BR-101, há uma perspectiva real de investimentos de muitas empresas na região para gerar emprego, para gerar renda, para melhorar a qualidade de vida da sociedade, do nosso povo, do nosso trabalhador. É para isso que lutamos, esse é o grande objetivo!

Começa a acender uma luz para a Cidade das Avenidas, Araranguá, e espero que dentro de alguns dias possamos vir aqui, meu caro presidente, deputado Valmir Comin, trazer a esperança viva de novos momentos de realização, de empresas que podem instalar-se na região sul do nosso estado.

Acho que é um trabalho permanente de luta, de quem tem garra, de quem tem compromisso com a região. Isso norteia o nosso trabalho no Parlamento e é esta a direção: buscar resultado e resultado para a nossa região, que ainda espera muito de nós, de mim, do deputado Valmir Comin e de outros deputados que fazem parte da região sul. Por isso nos precisamos agregar, juntar forças para levar aquilo que a sociedade espera. É isso que queremos e é por essa linha...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda em Explicação Pessoal, inscrito para falar o eminente deputado José Natal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. deputado Valmir Comin, presidente desta sessão nesta manhã, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses, retorno à tribuna, falei no horário dos Partidos Políticos, mas quero dar continuidade ao assunto que acabei de abordar com muita alegria, referente ao trabalho, à importância da Fundação Catarinense de Educação Especial na vida das pessoas e dos familiares das pessoas portadoras de deficiência.

Recebi, e estarei em Brasília, convite do Instituto de Capacitação, Assessoria e Projetos para participar, nos dias 16 e 17 de maio, do 2º Encontro Regional do Centro-Oeste, do projeto Controle Social de Políticas Públicas para Representantes de Entidades de Defesa e Atenção a Pessoas com Deficiência no Brasil.

Confirmei minha presença porque é um evento que, com certeza, dará a todos os portadores de deficiência soluções para uma melhor qualidade de vida. Fui convidado e com muito orgulho estarei lá.

Mas quero, deputado Silvio Dreveck, reportar-me aqui a dois assuntos que foram tratados na tribuna nesta manhã.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o deputado Valmir Comin, que está presidindo esta sessão, e dizer-lhe que todas as vezes que assume a tribuna desta Casa é em defesa da empregabilidade em nosso estado, principalmente na região que ele representa. O deputado Valmir Comin sempre traz suas preocupações, alternativas e soluções para a empregabilidade.

Este, deputado Valmir Comin, é o papel de todos nós, legisladores. Alguns, como v.exa., possuem um pouco mais de conhecimento na área, já que são da classe empresarial e têm cumprido o seu papel aqui com muita transparência. É isso que realmente coloco.

Da mesma forma o deputado Silvio Dreveck, que em determinados momentos até extrapola, no sentido da palavra. Mas tudo é viável, tudo o que se faz aqui, embora algumas pessoas às vezes interpretem de forma errônea, é em favor da sociedade que representamos nesta Casa, a sociedade de Santa Catarina.

Eu não vou citar a empresa, deputado Valmir Comin, mas no meu município existe uma grande empresa que todo piso cerâmico que adquire e coloca no mercado local e até no mercado nacional vem da China, em função da competitividade, do preço e da qualidade, como v.exa. colocou. Com isso, quantos empregos deixaram de ser gerados pelas nossas cerâmicas? É um absurdo! E nós temos que estar atentos para isso, como colocaram v.exa. e alguns outros deputados.

Mas, deputado Silvio Dreveck, para desburocratizar a questão do ICMS é muito complicado, nós estamos a todo o momento falando desta tribuna sobre a necessidade da reforma tributária neste país.

Eu trouxe aqui, no ano passado, a preocupação de que os municípios de Santa Catarina estavam adquirindo equipamentos pesados, como patrôla, trator, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e tantos outros, através de concorrência pública, na qual quem ganha são empresas de outros estados, até da Bahia, porque lá eles têm o ICMS reduzido na aquisição desses equipamentos. As empresas de Santa Catarina não conseguem competir com São Paulo, com a Bahia ou com o Rio Grande do Sul e o dinheiro dos nossos impostos acaba nem ficando no estado por causa, exatamente, da forte guerra fiscal que existe no Brasil, nos dias de hoje.

Tenho certeza de que a maioria dos prefeitos e muitos dos governadores querem ver essa questão resolvida definitivamente para poder competir em igualdade de condições.

Aí vem aqui um deputado e fala dos incentivos que o governador Luiz Henrique proporciona para que algumas empresas se instalem em Santa Catarina. Mas se ele não o fizer, outros estados farão e nós deixaremos de gerar emprego e renda! Essa é a nossa preocupação.

Eu fiquei realmente estarecido, srs. deputados e catarinenses, quando o deputado Silvio Dreveck colocou aqui que nós devemos arrumar soluções para a empregabilidade. Eu tinha na minha imaginação no passado, não agora, que quando o governo Lula assumisse o comando desta nação conseguiria realmente incentivar, desburocratizar, a questão das leis sociais deste país. E não é verdade! Isso não aconteceu! E com muita tristeza digo que vejo o presidente da Força Sindical, que tanto lutou pela empregabilidade, que tanto lutou por transparência, o deputado federal Paulinho Pereira da Silva, cujo amigo assumiu um cargo no BNDES, envolvido em escândalos.

Ora, meu Deus, ele que representou os trabalhadores por tantos anos, foi para a Câmara Federal para ajudar a fazer leis para

gerar empregos, baixar tributos, está envolvido em escândalo com desvio de dinheiro, que poderia estar na mão dos trabalhadores deste país?! As ONGs que estão ao redor dele - a sua esposa, inclusive, é presidente de uma delas - estão envolvidas em desvio de recursos. E tantos outros, como eu já coloquei aqui no passado. E o que nós vamos fazer?

Nós só falamos desta tribuna porque não é competência nossa. Está na hora de a sociedade ficar com olhos abertos para essas ONGs, que se apresentam como representantes da sociedade e que, na sua maioria, pelo que se percebe no dia-a-dia, através da imprensa, nada mais são do que fachadas para desvio de recursos públicos, de recursos dos aposentados, daqueles trabalhadores que estão dentro de uma fábrica no dia-a-dia, daqueles que estão dentro de uma empresa e que deixam, todo ano, um dia de seu salário para os sindicatos.

A sociedade brasileira tem que ficar atenta e berrar, cair na rua e dizer que não podemos mais suportar esse tipo de situação. Nós não conseguiremos avançar de jeito nenhum enquanto continuar, neste país, o escândalo de desvio do dinheiro de todos os cidadãos, tanto dos empregados quanto dos desempregados, através das ONGs.

Que os parlamentares, em nível federal, que o senador Raimundo Colombo crie coragem e passe a mão na proposta da CPI das ONGs e leve-a, realmente, adiante para mostrar à sociedade brasileira que elas não estão cumprindo com a finalidade para a qual foram criadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica que a pauta da próxima sessão será encaminhada aos gabinetes.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 019ª SESSÃO SOLENE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

CONCESSÃO DO TÍTULO DE CIDADÃO CATARINENSE A ALAOR FRANCISCO TISSOT E JOSÉ CARLOS PACHECO
SUMÁRIO

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Traça, em nome do Parlamento, as semelhanças entre os dois homenageados, caracterizando-os como homens com espírito de liderança, ágeis e persistentes na arte de coordenar grandes grupos.

ALAOR TISSOT - Agradece a condecoração, conta sua trajetória desde a sua chegada há 40 anos e comenta seu amor por Santa Catarina.

JOSÉ CARLOS PACHECO - Fala de sua trajetória, homenagem Laguna e confessa ter a sensação de que as sementes plantadas em Santa Catarina germinaram e deram bons frutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido o deputado Dagomar Carneiro para conduzir à mesa as autoridades que irão compô-la e que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo sr. Sadi Lima, procurador-geral do estado, que representa neste ato o governador Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssimo dr. Gercino Gerson Gomes Neto, procurador-geral de Justiça;

Excelentíssimo sr. Dário Elias Berger, prefeito municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo sr. Colombo Machado Salles, ex-governador do estado de Santa Catarina, que na mesa representará os ex-governadores do estado presentes;

Excelentíssimo sr. Victor José Faccioni, presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Convidamos para compor a mesa os homenageados desta noite: presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conselheiro José Carlos Pacheco, e dr. Alaor Francisco Tissot, presidente da SC Parcerias.

Convidamos também para compor a mesa o deputado Marcos Vieira, líder do PSDB nesta Casa.

Excelentíssimas autoridades, srs. deputados, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação da Mesa Diretora, mereceu aprovação de todos os demais parlamentares que compõem esta Casa, e visa outorgar o título de Cidadão Catarinense aos digníssimos srs. José Carlos Pacheco e Alaor Francisco Tissot.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional pela banda militar, em conjunto com o Coral Hélio Teixeira da Rosa, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, sob a regência do maestro Almir José.

(Procede-se à interpretação do hino.)
(Palmas)

A Presidência registra com satisfação as seguintes presenças:

General-de-brigada Antonio Carlos Nascimento Krieger, comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Vereador Gean Loureiro, representando neste ato a Câmara Municipal de Florianópolis;

Deputado federal Paulo Roberto Bornhausen;

Deputado Dagomar Carneiro, terceiro-secretário da Assembléia Legislativa;

Conselheiro Salomão Ribas Júnior, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e presidente do Instituto Ruy Barbosa;

Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall, vice-presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina;

Conselheiro Moacir Bertoli, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Conselheiro do TCE, ex-deputado e ex-presidente desta Casa, Otávio Gilson dos Santos;

Conselheiro César Filomeno Fontes, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Auditores substitutos de conselheiros do Tribunal de Contas: Gerson Sicca e Cleber Muniz Gavi, e auditora substituta Sabrina Nunes Iocken;

Desembargador João Henrique Blasi; Desembargador João José Schefer, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Desembargador Napoleão Amarante, ex-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Desembargador César de Abreu, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Desembargador Norberto Ungaretti, do Tribunal de Justiça, a quem cumprimentamos pelo aniversário na data de hoje;

Desembargador Volnei Carlin, do Tribunal de Justiça do estado;

Desembargador Luiz Carlos Freyesleben;

Procurador federal Georgino Mello e Silva, da Procuradoria-Geral Federal - Advocacia-Geral da União;

Juiz de Direito José Agenor de Aragão, presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses;

Ex-governador Paulo Afonso Evangelista Vieira;

Ex-governador Esperidião Amin Helou Filho;

Promotor de Justiça César Augusto Grubba;

Deputado federal Paulo Bauer, secretário de estado da Educação;

Valter José Galina, secretário de estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis;

Luiz Sérgio Gadelha Vieira, conselheiro do Tribunal de Contas do Ceará;

Coronel José Luiz Masnik, representando neste ato o comandante-geral do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, coronel Alvaro Maus;

Padre Pedro José Koehler, capelão do Hospital de Caridade, neste ato representando dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo da região metropolitana;

Juarez de Magalhães Rigon, cônsul honorário do Chile;

Antônio Carlos Zimmermann, presidente da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina;

Hélio Abreu, secretário municipal da Assistência Social de Florianópolis;

Ademar Valsech, presidente da Sociedade Catarinense de Oftalmologia;

Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, secretário municipal da Educação de Florianópolis;

José de Souza Affonso, grão-mestre, em exercício, do Grande Oriente de Santa Catarina;

Mauro André Flores Pedrozo, procurador adjunto;

Professor Edy Leopoldo Tremel, presidente da Academia Catarinense de Filosofia;

Engenheiro Pedro Miguel de Andrade, neste ato representando o Crea-SC;

Marco Aurélio Garcia, representando neste ato o deputado Silvío Dreveck;

Ivo Santos de Amorim, representando neste ato o deputado Altair Silva;

Diogo Roberto Riquenberg, membro do Ministério Público de Contas;

Miguel Ângelo Gobbi, presidente da Adjori de Santa Catarina;

Moacir Antônio Morafon, presidente do Sindicato de Empresas de Informática e Processamento de Dados da Região Metropolitana de Florianópolis;

João Eduardo Noal Berbigier, deputado do grão-mestre da Grande Loja de Santa Catarina, representando neste ato o grão-mestre José Domingos Rodrigues;

Jornalista Moacir Pereira;

Hamilton Peluso, representando neste ato a Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Santa Catarina;

Antônio Carlos Poletini, secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão de Joinville, que representa neste ato o prefeito Marco Tebaldi;

Luiz Rosa Reis, secretário de Comunicação do Grande Oriente de Santa Catarina;

Luciano Aurélio Winck, do Grande Oriente de Santa Catarina, ex-grão-mestre adjunto do Gosc;

Silvío Fortini, que representa neste ato o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão de Santa Catarina;

Vereador Guilherme Grillo, vice-presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Jornalista Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista;

Flávio Flores Lopes, presidente do Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado de Santa Catarina;

Luiz Carlos Eli Filho, sub-procurador-geral administrativo do estado;

Evandro Carneiro Flora, neste ato representando a secretaria de estado do Desenvolvimento Regional de Brusque;

Aníbal Dib Mussi, superintendente executivo do Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina;

Angelino Rosa, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-conselheiro do Tribunal de Contas;

Vereador Luiz Carlos Zanis, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Sul;

Carlos Antônio Grocoski, coordenador-geral do Instituto Geral de Educação;

Genovêncio Mattos Neto, representando neste ato o presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes;

Sr. Paulo Roberto Demarchi Mundt, presidente do Instituto de Meteorologia de Santa Catarina;

José Luiz Neto Menezes, venerável mestre da Loja Maçônica Jacy Daussen;

Roberto Alvarez Bentes de Sá, representando neste ato a Catedral Metropolitana de Florianópolis;

Júlio César Hess, presidente do Sindicato de Cargas, neste ato representando o presidente da Fetrancess;

Marcelo Alexandre Seemann, representando neste ato o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina;

Luiz Carlos Furtado Neves, presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina;

Vilson Rosalino da Silveira, superintendente da Associação Franklin Cascaes;

Walmor Backes, presidente da Fundação Herman;

Rodrigo Rachadel, representando neste ato o desembargador Carlos Prudêncio;

José Norberto Kretzer, representando neste ato o deputado federal Odacir Zonta;

Tarcísio Schmitt, presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares;

Cyro Barreto, presidente do Conselho Superior da Associação Catarinense de Imprensa;

Carlota Medeiros, que neste ato representa o Instituto Luar da Juventude de Assistência à Educação, de Itajaí;

Armando Costa, diretor administrativo, que representa neste ato a Fundação Catarinense Cultura;

Marise Westphal Hartke, presidente da Associação de Emissoras de Rádio e Televisão - Acaert;

Deputado estadual Jorginho Mello;

Deputado estadual Serafim Venzon;

Carlos Alberto Lellis, representando neste ato o secretário do Tribunal de Contas da União, João Manoel da Silva Dionísio;

Dilvo Vicente Tirloni, presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis;

Vanildo Claudino Rodrigues, neste ato representando o prefeito municipal de Biguaçu;

Patrícia Nestor Ferreira, coordenadora da Associação dos Conselheiros Tutelares da Regional da Amurel;

Francisco Cardoso de Camargo Filho, presidente da Agência de Reguladores de Serviços Públicos do estado de Santa Catarina;

Sebastião Iberos Lopes Melo, magnífico reitor da Udesc;

Marco Azambuja, representando o presidente da Fapesc;

Professor Nereu do Valle Pereira, presidente da Academia Desterrense de Letras;

Paulo Roberto Lopes Ricci, superintendente do Banco Brasil - Superintendência de Varejo de Santa Catarina;

Procuradores de Justiça Sidney Bandarra Barreiros; José Galvani Alberton; Paulo Roberto Speck e Raulino Jacó Bruning;

Ex-deputado federal Fernando Bastos.

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra, em nome dos parlamentares com assento nesta Casa, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Excelentíssimo sr. presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, deputado Julio Garcia;

Excelentíssimo dr. Sadi Lima, procurador-geral do estado, que neste ato representa o sr. governador do estado, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, digno presidente do nosso Tribunal de Justiça;

Excelentíssimo sr. Gercino Gerson Gomes Neto, procurador-geral de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. prefeito municipal de Florianópolis, Dário Elias Berger;

Excelentíssimo sr. Colombo Machado Salles, digníssimo ex-governador do estado de Santa Catarina, que na mesma desta sessão representa os ex-governadores Paulo Afonso Evangelista Vieira e Esperidião Amin Helou Filho;

Excelentíssimo sr. Victor José Faccioni, presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil;

Excelentíssimos sr. deputado federal Paulo Bornhausen;

Dignas autoridades, senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

“Senhor homenageado José Carlos Pacheco, quero cumprimentá-lo e cumprimentar também sua esposa, a dona Darci, e, em seu nome, cumprimentar todos os amigos, familiares, funcionários do Tribunal de Contas e srs. conselheiros que estão aqui presentes.

Senhor homenageado Almor Tissot, ao cumprimentá-lo quero cumprimentar a dona Marisa, que também está aqui presente, e, em seu nome, cumprimentar os familiares, amigos, diretores e funcionários da SC Parcerias.

Este é um momento dos mais importantes, não apenas para esta Casa, mas para todo o estado de Santa Catarina.

Hoje temos o prazer de receber duas importantes personalidades: Almor Tissot e José Carlos Pacheco, que recebem o título de Cidadão Catarinense em razão de projeto aprovado pela unanimidade dos srs. deputados que compõem esta Casa. Atendendo a um pedido do presidente, deputado Julio Garcia, vou falar dos homenageados em nome de todas as sras. deputadas e de todos os srs. deputados desta Casa.

Recebemos aqui um paranaense e um gaúcho, que escolheram Santa Catarina para viver e traçar suas histórias. Santa Catarina, como nós todos sabemos, é um estado pujante, possui uma das melhores qualidades de vida do país, belezas naturais invejáveis, mas, sobretudo, tem um povo muito hospitaleiro, povo este que acolheu o paranaense Almor Tissot, em 1968, quando aqui chegou para assumir a gerência da Empresa Catarinense de Refrigerantes, conhecida com a fábrica da Coca-Cola. Povo este que também acolheu o gaúcho José Carlos Pacheco por duas vezes: a primeira, quando foi morar em Laguna com seus pais com apenas dois anos de idade; e a segunda, quando veio para Florianópolis estudar na Universidade Federal de Santa Catarina, depois de ter retornado por um tempo ao Rio Grande do Sul. E, como milhares de outros cidadãos brasileiros que neste estado chegaram, nem Almor, nem Pacheco quiseram mais nos deixar.

Nossos dois homenageados de hoje são amigos de longa data e compartilham algumas características comuns. O espírito de liderança é uma delas. Tanto Almor como Pacheco são homens ágeis e persistentes na arte de coordenar grandes grupos. Sabem como ninguém da importância de se estimular a organização social e criar atividades conjuntas para enfrentar os problemas.

Almor Tissot tem no associativismo uma de suas principais bandeiras. Começou a implantar sua marca quando ingressou na Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, em 1971, entidade que já presidiu por duas vezes, e hoje é membro nato e vice-presidente do conselho superior. Esteve presente nas principais reivindicações da Associação Comercial e Industrial, como a internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz, a duplicação do trecho sul da BR-101, a conclusão da BR-282 e a construção da Beira-Mar do continente. Hoje ocupa a vice-presidência da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, região da Grande Florianópolis, e é considerado uma referência para todo o sistema.

Durante dez anos, fez parte da diretoria da Federação das Empresas de Transportes de Cargas de Santa Catarina. Nesse período, ajudou a entidade a crescer e a organizar o setor no estado. Almor Tissot também integra a Associação Catarinense de Imprensa como sócio honorário, pelos relevantes serviços prestados à entidade.

Já o homenageado José Carlos Pacheco começou a exercer sua vocação de liderança durante a vida estudantil. Foi diretor da Federação Catarinense de Desportos Universitários e do Diretório Acadêmico de Economia e Direito da UFSC.

Desde então foi membro de várias academias, institutos e associações no estado e no país. É presidente da Academia Catarinense Maçônica de Letras, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e vice-presidente da região sul da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

José Carlos Pacheco foi por duas vezes grão-mestre da Maçonaria catarinense. Já ocupou diversos cargos de destaque na hierarquia maçônica do estado, assim como Almor Tissot, que também ocupou várias posições de destaque e que, recentemente, foi eleito grão-mestre adjunto do Grande Oriente de Santa Catarina.

Outra característica comum a estes dois homens é a forte atuação no trabalho social, sempre abertos ao diálogo e preocupados diretamente com o bem-estar do cidadão.

Pacheco e Almor integram a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, mantenedora do Hospital de Caridade, sendo, respectivamente, primeiro e segundo-vice-provedores. Também desenvolvem atividade social no Albergue Noturno Manoel Galdino Vieira, que funciona em Florianópolis. São duas entidades filantrópicas que atendem milhares de pessoas necessitadas.

É de cidadãos com esse perfil que Santa Catarina precisa. Reconhecemos que Almor e Pacheco lutam pelo pleno desenvolvimento de nosso estado.

Quando falamos de Almor Tissot, logo nos vem a imagem de uma pessoa empreendedora, arrojada e bem sucedida. Desde que chegou a Santa Catarina, fez nascer e desenvolver empresas nos ramos de transportes, de bebidas, de hotelaria, de reflorestamento e imobiliário.

Atualmente Almor Tissot é presidente da empresa SC Parcerias, do governo do estado. Em sua gestão estão sendo discutidos importantes projetos para o desenvolvimento do estado. Um deles é o metrô de superfície, que deverá devolver a ponte Hercílio Luz para uso da nossa população.

Outro projeto é a instalação de uma incubadora de empresas e uma unidade de inclusão digital no Parque Tecnológico de Blumenau, medidas que irão permitir o acesso gratuito da população a cursos de informática.

José Carlos Pacheco ingressou no serviço público em 1974, quando foi nomeado pelo governador Colombo Machado Salles, aqui presente, para exercer o cargo de auditor do Tribunal de Contas do Estado. Desde então traçou uma das mais brilhantes carreiras em nosso Tribunal de Contas, sempre buscando o aprimoramento da gestão dos recursos públicos.

Foi o primeiro auditor a ser nomeado conselheiro do Tribunal de Contas, fato que ocorreu em 2002. Assumiu a presidência do Tribunal de Contas do Estado em 2007, tendo dentre as prioridades da sua gestão o aperfeiçoamento da operação do controle externo, a orientação aos gestores públicos e a ampliação das parcerias com os demais órgãos de controle.

Poderia aqui, senhoras e senhores, continuar citando por muito tempo as qualidades destes dois homens que acolheram Santa Catarina como seu estado de coração.

Mais que um título, esta homenagem é para externar o nosso respeito e admiração pelas figuras humanas dos, hoje, cidadãos catarinenses, Almor Tissot e José Carlos Pacheco.

Ganha Santa Catarina!

Parabéns!”

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido, neste momento, o excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, para receber do deputado Dagomar Carneiro, que representa a Mesa neste ato, o título de Cidadão Catarinense.

(Procede-se à entrega do título.)

(Palmas)

O Poder Legislativo presta homenagem ao agora catarinense de direito, José Carlos Pacheco, pelo exemplo de coerência, dignidade, grandeza e sabedoria com que atuou na administração pública, destacando sua expressiva atuação comunitária e filantrópica e seu empenho na defesa da moralidade administrativa junto à instituição que preside.

(Procede-se à entrega de placa.)

(Palmas)

Convido, neste momento, para receber flores deste Parlamento a sra. Darci Pacheco.

(Procede-se à entrega das flores.)

(Palmas)

A Presidência registra também, com satisfação, a presença do magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Álvaro Prata, do prefeito de Laguna, Célio Antônio, e da sra. Annita Koepcke da Silva, presidente do Instituto Carl Koepcke.

Convido, neste momento, o deputado Marcos Vieira para fazer a entrega do título de Cidadão Catarinense ao sr. Almor Francisco Tissot.

(Procede-se à entrega do título.)

(Palmas)

O Poder Legislativo presta homenagem ao agora catarinense de direito Almor Francisco Tissot pelo exemplo de coerência e dignidade com que atuou na iniciativa privada e na administração pública, destacando também sua expressiva atuação empresarial, comunitária e na defesa da cidadania e da moralidade administrativa.

Convido os deputados Altair Guidi, Serafim Venzon e Marcos Vieira para fazer a entrega da placa que simboliza a homenagem do Poder Legislativo ao empresário Almor Francisco Tissot.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido a sra. Marisa Tissot para receber flores que lhe serão entregues pela Assessoria Cultural, em nome do Poder Legislativo.

(Procede-se à entrega das flores.)

Neste momento, o Coral Hélio Teixeira da Rosa interpretará a música *The Beatles' songs*, um *pout porri* de composições de John Lennon e Paul McCartney, com arranjo de José Basco e regência de Rogério Guilherme, acompanhado do pianista Luiz Gustavo Zago.

(Procede-se à interpretação do *pout pourri*.)

(Palmas)

Convido para fazer uso da palavra, neste momento, o dr. Alaor Tissot.

O SR. ALAOR TISSOT - Excelentíssimo sr. Julio Garcia, digníssimo presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Sadi Lima, procurador-geral do Estado, que neste ato representa o excelentíssimo sr. governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Gercino Gerson Gomes Neto, procurador-geral de Justiça;

Excelentíssimo sr. Dário Elias Berger, prefeito municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo sr. ex-governador do estado de Santa Catarina, engenheiro Colombo Machado Salles, que na mesa representa os ex-governadores do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Victor José Faccioni, presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon;

Caríssimo amigo, irmão, José Carlos Pacheco;

Caríssimo amigo e deputado Marcos Vieira, a quem, antecipadamente, eu gostaria de agradecer em meu nome e dos meus familiares a indicação feita pelo amigo a esta Casa, para que me fosse concedido o título de Cidadão Catarinense.

Catarinense eu já me considerava, portanto, esta noite veio confirmar e ratificar que eu, neste instante, posso dizer em alto e bom som que sou um catarinense convicto igual aos meus dois netos, Rodrigo e Maria Cecília.

Muito obrigado a esta Casa e a todos os deputados em me concederem essa honra.

Eu saí um pouco do *script* porque uma vez estive aqui numa solenidade, uma homenagem à Carl Hoepcke, e nessa de fala um e fala outro, quando puxei o meu discurso, já haviam falado tudo. Eu tive que guardar o discurso no bolso e improvisar.

Hoje eu comecei improvisando, mas vou voltar ao original.

(Passa a ler)

"Inicialmente, agradeço a honrosa homenagem de receber, juntamente com o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, José Carlos Pacheco, o título de cidadão catarinense.

Agradeço a todos que me acolheram há 40 anos quando aqui cheguei, agradeço ainda a todos os srs. deputados, representando aqui o povo catarinense, que acolheram essa proposição.

Senhoras e senhores, na vida não nos é dado o direito de escolher onde nascer, entretanto podemos escolher o melhor lugar para trabalhar, constituir nossa família e criar nossos filhos, enfim, viver nossas vidas.

Nascido em Curitiba, cheguei a Florianópolis no ano de 1968, a convite do empresário e então juiz federal Hercílio Aldo da Luz Collaço, para trabalhar na Catarinense de Refrigerantes, a Coca-Cola, empresa que como dirigente e sócio atuei até janeiro 1993. A minha intenção inicial era instalar a fábrica e retornar a Curitiba. Nunca mais voltei. Virei catarinense. Neste período implantamos fábricas em Blumenau, Chapecó e Antônio Carlos.

Minha gratidão às pessoas que foram meus primeiros contatos aqui e que muito contribuíram para que eu permanecesse. Davi da Luz Fontes, o engenheiro que construiu a fábrica; Silvio Orlando Damiani, então distribuidor da Coca-Cola, em Florianópolis; o meu amigo e sócio até hoje, Carlos Passoni Júnior, que em 1969 convidamos para ser contador da empresa. A gente honesta, sincera, trabalhadora e cordial deste estado que me adotou como mais de um de seus cidadãos e que além das minhas atividades empresariais chamou-me para muitas missões no interesse coletivo.

Como associado da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, entidade em que ingressei atendendo ao convite do amigo Odi Varela, exerci diversas funções executivas e até a sua presidência por duas vezes.

Minha homenagem póstuma a Alexandre Francisco Inácio Evangelista, que conheci em 1971 como secretário-geral da Federação do Comércio, meu amigo, meu confidente, meu companheiro de tantas viagens.

Muito obrigado a ele que está no Oriente e a você, Beth, que aqui está presente. (Palmas)

Estivemos engajados em missões comuns, como campanhas pela construção da BR-282."

Quero deixar aqui só um detalhe: ela foi iniciada em Bom Retiro e foi uma decisão do governador da época, Antônio Carlos Konder Reis, que disse à diretoria da associação que quando começasse o asfalto em Bom Retiro, que é o meio do caminho, não haveria governador que parasse aquele negócio.

Eu acredito que já consiga, em agosto, ir a Campos Novos transitando naquele trecho. E, de acordo com promessas do DNIT, nós vamos conseguir chegar, em outubro ou novembro de 2009, na divisa com a Argentina pela BR-282. Mas foram necessários 40 anos ou mais para fazer um trecho que nós achamos pequeno.

A nova estação e a nova pista do Aeroporto Internacional Hercílio Luz nós devemos ao então ministro da Educação, Jorge Konder Bornhausen, que conseguiu para a Associação Comercial e Industrial, para a Associação de Bares, Restaurantes e Similares e para a Associação das Empresas de Viagem uma audiência com o ministro da Aeronáutica de então e o Odi me convocou para que lá fosse representando a Acif.

Conseguimos trazer aqui o ministro, que teve o apoio do governador da época e dos ex-governadores e saiu aquela nova estação do aeroporto, que já foi aumentada e agora já estamos novamente, há quase oito anos, numa briga por uma nova estação, que acreditamos que até 2010 saia.

(Continua lendo.)

"Fui fundador e presidente da Protur, Fundação Pró-Turismo de Florianópolis". Antes disso é que conheci Marcos Vieira, que na década de 70 era dono de um restaurante na rua Tenente Silveira. E o engraçado disso é que ele já atendia os ônibus de viagem dos argentinos, pois às vezes ele tinha que emprestar dinheiro para o pessoal para consertar o ônibus, para conseguirem voltar para casa e assim por diante. V.Exa. se lembra disso, não é? O tempo passa e as pessoas vão progredindo. E o Marcos é um exemplo de quem quer pode, quem quer faz.

(Continua lendo.)

"No ano passado, no finalzinho de 2006, fui honrado com o convite do sr. governador Luiz Henrique da Silveira para presidir a SC Parcerias, braço empreendedor do governo do estado. Aproveito a oportunidade para fazer uma rápida prestação de contas do cumprimento dessa missão, agradecendo inicialmente ao pessoal da secretaria da Fazenda, cuja colaboração viabilizou a existência da SC Parcerias, e também a ajuda diuturna do hoje secretário do Planejamento, Altair Guidi.

Quanto às parcerias público-privadas, devo dizer que estão emperradas pelo cipoal de leis e pela desconfiança dos investidores, que não sentem os seus direitos garantidos no atual momento brasileiro. Diversos projetos, retardados por entradas ambientais, estão prontos para ser concluídos ainda este ano. Serão levados a cabo possivelmente como concessão pura e simples para atender de uma forma ou outra os anseios das comunidades e as necessidades de melhoria da infra-estrutura para o desenvolvimento econômico social do nosso estado.

Na qualidade de Cidadão Catarinense, quero informar que, nesses 16 meses em que estou exercendo a presidência da SC Parcerias, com recursos do Prodec, com a ajuda desta Casa e com a ajuda do deputado Julio Garcia, já foram entregues 18 ligações de municípios à rede viária estadual, num total de, aproximadamente, 140 quilômetros, cumprindo determinação do governador Luiz Henrique de dotar todos os municípios do estado com ligação asfáltica até o final de seu mandato.

Senhoras e senhores, aqui criei e eduquei meus filhos que me retribuem com a alegria de dois netos encantadores.

Neste momento, emocionado pela homenagem que estou sendo alvo, quero agradecer a todos que me ajudaram a enfrentar os desafios para sentir-me, hoje, um ser humano realizado e capaz."

Um dos responsáveis pela minha decisão de vir aqui para por a fábrica a funcionar, num dia de setembro de 1968, foi o meu irmão, Aramis, que está presente nesta sessão. Muito obrigado, Aramis!

(Palmas)

Outro amigo também - nós viajávamos sempre juntos - foi responsável pela minha vinda, mas, infelizmente, ele está adoentado, lutando pela sua vida. Mas era uma viagem em que eu vinha aqui única e exclusivamente para ver como é que estava a montagem dos equipamentos que eu tinha vendido para o dr. Hercílio, sendo que eles teriam que me pagar 50% naquele dia em que eu estava aqui e os outros 50%, que era a minha parte e de mais um sócio, eles pagariam dali a um ano.

Quando eu cheguei aqui estava tudo do jeito que tínhamos deixado no dia 8 de agosto. O dr. Hercílio reuniu mais 17 sócios que ele tinha para o empreendimento e depois ele largou na bucha: "Quanto é que você quer para ser o nosso gerente?" Eu não queria nada, eu já tinha organizado a minha vida de novo. E agora? É tanto e vamos em frente. Mas tive de chegar a Curitiba e dizer para a minha mãe que eu não iria voltar para Curitiba já, que eu viria direto do norte do Paraná para Florianópolis. O Aramis é que me acompanhou nessa jornada.

Então, a todos vocês o meu muito obrigado!

(Continua lendo.)

"Um ser humano ainda com muita energia para novas conquistas e realizações que resultem em mais bem-estar coletivo nesta terra, que agora oficialmente me adota como cidadão.

Obrigado à minha querida esposa, obrigado, meus filhos, obrigado a todos."
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Neste momento, teremos a apresentação da Banda Sociedade União dos Artistas, banda de Laguna, fundada em 3 de maio de 1860 pelo maestro Luiz Augusto Werner, sob a regência do maestro Pedro Nolasco, que se apresentou em homenagem ao aniversário do imperador Dom Pedro II. Hoje a banda é presidida pelo sr. Maurício Espindola e regida pelo maestro Gerson Barreto.

(Procede-se à apresentação da banda.)

Convido para fazer uso da palavra, neste momento, o dr. José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O SR. JOSÉ CARLOS PACHECO - Boa-noite a todos e a todas.

Ouvindo o Alaor e conhecendo-o há mais de 30 anos, sei que ele usa uma estratégia que não sei se é recomendada por alguma terapia ou psicólogo, mas sempre encaixa nos seus discursos alguma história. Isso efetivamente descontraí. E eu resolvi adotar a mesma tática, porque a emoção é grande e para que não seja traído por ela, vou juntar a nossa história, contada pelo deputado Marcos Vieira, patrono da indicação do Alaor Tissot.

Eu cheguei a Laguna depois que Garibaldi lá adentrou através do barco *Seival*. O Alaor, ao contrário de mim, vindo de Curitiba, chegou a Florianópolis antes da tentativa do padre de subir num balão e para cá se dirigir. Então, nós dois viemos por terra, passo a passo, de carro ou de ônibus, e chegamos aqui, plantamo-nos e daqui não saímos.

Descontraído, eu desejei saudar sua excelência, o deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, que é o meu patrono na indicação. Veja a sua responsabilidade de transformar um gaúcho em barriga-verde.

Cumprimento o engenheiro e ex-governador de Santa Catarina, Colombo Machado Salles. Na passagem do meu pai para o oriente eterno, hoje o tenho como um segundo pai.

(Palmas)

Quero também cumprimentar os ex-governadores aqui presentes: Paulo Evangelista Vieira, Esperidião Amin e, *in memoriam*, o ex-governador Ivo Silveira, que se vivo estivesse tenho certeza de que estaria nesta solenidade para me prestigiar.

(Palmas)

Cumprimento o excelentíssimo dr. Sadi Lima, digníssimo procurador-geral do Estado, neste ato representando sua excelência, o governador do estado de Santa Catarina, dr. Luiz Henrique da Silveira.

Excelentíssimo sr. desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, mui digno presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a quem me permito dizer da admiração que tenho e da amizade que nutrimos um pelo outro.

Doutor Gercino Gerson Gomes Neto, procurador-geral de Justiça, os predicados que dirigi ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina dirijo a v.exa.

Sua Excelência, sr. prefeito municipal de Florianópolis, Dário Elias Berger, também um amigo.

De longe veio para prestigiar um amigo e conselheiro, o conselheiro Victor José Faccioni, deputado federal por mais de uma vez, secretário da Casa Civil de alguns governadores do Rio Grande do Sul, que está voltando de uma viagem a Portugal. Muito obrigado!

Ao cumprimentá-lo, também anuncio outro companheiro, o conselheiro Luiz Sérgio Gadelha, ex-presidente do Tribunal de Contas dos municípios do Ceará, que aqui está para nos prestigiar, ele que é um dos membros da Atricon, do IRB e da entidade dos Tribunais de Contas dos municípios do Brasil.

Conselheiro Salomão Ribas Júnior, que também assume uma função nacional presidindo o Instituto Ruy Barbosa.

Sua Excelência, deputado Marcos Vieira, proponente da indicação do colega e amigo Alaor Tissot, na sua pessoa cumprimento todos os deputados presentes, em grande número, que referendaram por unanimidade o pedido dos nossos dois patronos, para esse honroso título. Neste cumprimento incluo o deputado federal aqui presente, o fraterno amigo Paulinho Bornhausen.

Cumprimento também o meu co-homenageado desta noite, Alaor Francisco Tissot.

Enfim, se eu fosse nominar todas as autoridades e amigos aqui presentes, levaria mais 20 minutos, pois entre eles, como disse, há vereadores, secretários de estado, desembargadores, juizes, presidente da Casa dos Jornalistas, procuradores, enfim, é uma gama de amigos.

Quando soube que faria conjunto com Alaor fiquei com medo que viesse apenas a minha família e meia dúzia de amigos. Eu sabia que ele teria condições de trazer um grande público, eu apenas trouxe, para abrilhantar, a banda de Laguna que, como disse o presidente, é a mais antiga banda do Brasil e tocou para Dom Pedro.

Senhores reitores aqui presentes, minha família, ilustre deputada, conterrânea, eterna amiga, Ada De Luca.

(Passa a ler.)

"Um famoso artista estrangeiro, tão bem adaptado aos costumes e modos baianos, que nem sua pronúncia o distinguia de seu ambiente humano e cujas temáticas artísticas sempre foram os costumes populares daquele estado, quando perguntado se era baiano de nascimento, deu a resposta que me permito repetir: 'Não mereci a graça!'

Quanto a mim, não tive o privilégio de nascer em solo catarinense e creio não ser merecedor de todas as expressões de apreço e simpatia pessoais que venho recebendo desde que aqui cheguei.

Transplantar-me para Santa Catarina não foi decisão minha. Aos dois anos de idade, juntamente com meus pais, já falecidos, deixei o Rio Grande do Sul, terra de Bento Gonçalves, do Grêmio Porto-Alegrense, do Minuano, do churrasco, do chimarrão e de tantas outras tradições, com destino à bela e Santa Catarina, de tantas faces étnicas e culturais, cujos cenários e gentes apaixonam ao primeiro encontro, sem contar as oportunidades oferecidas por seu perfil de um dos mais produtivos estados brasileiros, fruto do equilíbrio e dinamismo de sua economia e de seus governantes."

Padre Pedro, não o citei nominalmente, mas o senhor, que representa o arcebispo, considere-se citado, embora tardiamente.

(Continua lendo)

"Laguna foi a cidade que primeiro me acolheu. Histórica por meio do Tratado de Tordesilhas, da República Juliana e da heroína de dois mundos Anita Garibaldi, da Igreja de Santo Antônio dos Anjos, dos clubes sociais Blondim e Congresso Lagunense, famosa também por seu carnaval, pelo Farol de Santa Marta e suas belezas naturais. Terra de dois governadores, Colombo Salles e Eduardo Pinho Moreira, ali criei minhas raízes, vivenciei minha infância e adolescência, iniciei meus estudos no tradicional Ginásio Lagunense, tendo como mestres professores anônimos ou famosos, como, por exemplo, uma família inteira de professores, a família Ulyssea.

Em Laguna desde cedo comecei a tomar gosto pelo trabalho e encontrei minha amada companheira de toda uma vida, dona Darci, com quem estou casado a 35 anos, e que aqui está presente.

Da terra de Anita guerreira, vim para a terra da velha figueira. Chegando a Florianópolis, nunca me aguilhoou o desejo de andanças nem a vocação de nômade. Nisto, inconscientemente, segui o conselho de um filósofo que declarou que a felicidade se compõe de duas atitudes: encontrar o lugar em que se possa florescer e ter a coragem de ficar nele.

Na capital do estado de Santa Catarina nasceram meus três filhos, Francisco Carlos, Luiz Fernando e a mais jovem, Ana Cristina. Tenho como genro o Karim, e como noras Ana Paula e Anne Christine, os quais são honrados trabalhadores, além de minhas duas netas Ana Luiza, com sete anos, aqui presente, e a caçula Maria Fernanda, com um ano, que são fontes renovadoras de energia com seus sorrisos sinceros e inocentes, fazendo a felicidade das duas famílias, da mãe e do pai.

Neste estado, cercado por uma família atenciosa e amigos leais, cada dia agradeço a Deus pela decisão de meus pais, pelas oportunidades que meu berço adotivo me concedeu e por poder, com dedicação aos meus deveres, tentar retribuir um pouco do tanto que recebi, seja no meu trabalho ou nas instituições filantrópicas que faço parte, citadas no meu currículo pelo deputado Marcos Vieira.

Hoje, agraciado com a mui honrosa distinção de ser considerado Cidadão Catarinense, após já haver recebido os títulos de Cidadão Lagunense e Florianopolitano, confesso ter a sensação de que as sementes aqui plantadas germinaram e deram origem a bons frutos, que assim não seriam se a terra não fosse fecunda e generosa.

Quero deixar declarada, de modo indelével, minha gratidão àqueles que dignamente representam todos os catarinenses e que, em nome deles, assim me honraram, juntamente com Alaor Francisco Tissot, em especial a pessoa do nobre presidente desta Casa Legislativa, amigo e deputado Julio Garcia, autor do Projeto de Lei n. 498/2007, que trata da distinção ora concedida.

Não poderia deixar de citar o nome de meu amigo e irmão Alaor Francisco Tissot, com quem convivo semanalmente entre colunas há quase três décadas, também agraciado com o título de Cidadão Catarinense nesta noite, cuja honestidade e retidão de princípios, aliados à sua capacidade de trabalho e seu empreendedorismo em Santa Catarina, tornam justa e perfeita a homenagem que lhe é prestada. Que possamos juntos, Alaor, continuar aparando muitas arestas e contribuir para a constante evolução do estado de Santa Catarina, pois agora, mais do que nunca, somos legítimos catarinenses.

Enfim, agradeço ao Grande Arquiteto do Universo por mais um dia especial em minha vida.

Meus agradecimentos a todos os presentes, senhoras e senhores, convidados e convidadas, ao coral do Tribunal de Contas, à Banda Musical União dos Artistas e à Banda da Polícia Militar, que abrilhantaram esta solenidade, familiares, amigos, lagunenses, florianopolitanos, ao povo de Santa Catarina.

Na minha posse como presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina citei verso de Vinicius de Moraes homenageando minha mulher. Hoje cito o mesmo autor, dedicando, sem distinção, aos meus amigos: 'Se alguma coisa me consome e me envelhece é que a roda furiosa da vida não me permite ter sempre ao meu lado, morando comigo, falando comigo, vivendo comigo, todos os meus amigos, e, principalmente, os que só desconfiam ou talvez nunca vão saber que são meus amigos.'

Finalizo dizendo: 'Sempre é tempo de lançar sementes... sempre é tempo de colher frutos. Tudo ao mesmo tempo. Sementes de ontem, frutos de hoje... sementes de hoje, frutos de amanhã.'

Eu desejo transferir, se merecedor for de aplausos por ter chegado a esta condição, à minha mãe.

Na primeira vez que ocupei esta tribuna assumindo um cargo nacional da Maçonaria - quem é espiritualista haverá de me compreender -, tive a maior surpresa. Sem esperar, minha mãe, que estava entrevada com uma doença incurável, há muito tempo sem sair do fundo de uma cama, teve a coragem de tomar emprestado uma cadeira de rodas e vir assistir à minha posse. Ela ficou ali, na frente, numa cadeira de rodas. Foi a única vez que ela usou uma cadeira de rodas. Voltou quase que entrevada para a sua cama para morrer, tempos depois, sem nunca mais haver podido sair de casa para participar da alegria do seu filho. Ela está ali e a ela dedico os aplausos de que porventura seja merecedor.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Assembléia Legislativa quis homenagear o dr. José Carlos Pacheco com uma música e resolveu consultá-lo, dando-lhe

duas opções: *Rancho de Amor a Ilha ou Saudades de Laguna*.

Ele não titubeou, escolheu a segunda música, que vai ser interpretada pelo coral do Tribunal de Contas.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

Esta Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos aqueles que aqui compareceram e prestigiaram o Parlamento catarinense, bem com os homenageados, convidando-os para um coquetel no *hall* de entrada deste Poder.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, executado pela Banda da Polícia Militar e interpretado pelo Coral Hélio Teixeira da Rosa, do Tribunal de Contas, sob a regência do maestro Almir José.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia 20 de maio, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio Magalhães Furlan - Procurador Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1645ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, as quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1645ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazariildo Tancredo Knabben, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0735/08, de Erlédio Pedro Pering e Processo n.º 0704/08, de Lourival Baptistotti. 2) Relatoria da Dr.ª Maria Margarida Bittencourt Ramos, retirado de pauta com pedido de vista do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, a Consulta - Of. CL n.º 023/08 de 12/02/08, interessada: Coordenadoria de Licitações "Consulta sobre Apoio e Patrocínio por parte da ALESC". Continuando, aprovado parecer, por unanimidade, a Consulta - Of. CL n.º 174/08 de 12/05/08, interessada: Coordenadoria de Licitações "Aquisição de Livros para a Biblioteca da ALESC". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0621/08, de Maria Aparecida Orsi; Consulta - Of. CL n.º 167/08 de 07/05/08, interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão - Coffee Break". Of. n.º 016/2008, de 07/04/08, interessado: Coordenador da Bancada do PT "solicita estudo técnico das seguintes respostas aos pedidos de informações encaminhadas ao Poder Executivo: PIC 0201.4/2007, PIC 0006.3/2008, PIC 0157.6/2007", aprovado por maioria o parecer do relator, com voto contrário do Dr. Anselmo Inácio Klein, que não conheceu da consulta por falta de legitimidade postulatória do consulente. 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0736/08, de Emanuelle Rocha Franzoi; Processo n.º 0733/08, de Ricardo Bulcão Vianna e aprovado parecer pelo arquivamento ao Of. n.º 049/08 de 14/04/08, interessado: Tenente Coronel PM - Chefe da Casa Militar da ALESC "situação funcional do soldado BM Luciano Coelho". 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0734/08, de Adriano Rotta; Consulta - Of. CL n.º 166/08 de 07/05/08, interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão - Confecção de Cartilha" e Consulta - Of. CL n.º 171/08 de 09/05/08, interessada: Coordenadoria de Licitações "Palestra com o Dr. Malcolm Montgomery". 6) Relatoria do Dr. Nazariildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0739/08, de Viviane

Cristina Noçais de Souza Mauro e Processo n.º 0728/08, de Edison Knapp. 7) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0740/08, de Diana Aparecida Gomes de Oliveira; Processo n.º 0741/08, de Paulo Leonardo Eula Ferreira; Processo n.º 0743/08, de Florindo Testoni Filho e Of. n.º 5758/08 de 08/05/08, interessado: Conselheiro José Carlos Pacheco - Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina "solicita cópia do Anexo "B" do Relatório Final da CPI da UDESC". 8) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0738/08, de Miriam Stori Barbisan; Processo n.º 0532/08, de Jair José Farias; Processo n.º 0692/08, de Ângela Aparecida Bez e Consulta - Of. CL n.º 173/08 de 12/05/08, interessada: Coordenadoria de Licitações "Aquisição duas Máquinas Serviços Gráficos". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia vinte e um (21) de maio. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 14 de maio de 2008.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia sete de maio de dois mil e oito, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões Técnicas a Comissão acima epigrafada, sob a Presidência do Senhor Deputado Moacir Sopelsa, presentes os Senhores Deputados membros: Dirceu Dresch, Sargento Amauri Soares e Marcos Vieira. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente leu o requerimento do Deputado Dirceu Dresch que solicita uma Audiência Pública, para discutir a questão da Segurança Alimentar, a Crise na Produção de Alimentos e o Preço dos Insumos Agrícolas. Foi aprovado por unanimidade a realização da Audiência Pública no dia treze de maio de dois mil oito, com início às oito horas e término às treze horas no Plenarinho Paulo Stuart. Wright nesta casa, todos os Deputados presentes manifestaram-se favoráveis ao pleito. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe da secretária lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, sete de maio de dois mil e oito.

Deputado Moacir Sopelsa

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

As dezoito horas do dia vinte e três de abril de dois mil e oito, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões Técnicas a Comissão acima epigrafada, sob a Presidência do Senhor Deputado Moacir Sopelsa, presentes os Senhores Deputados membros: Dirceu Dresch, Romildo Titon e Sargento Amauri Soares. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Aberto os trabalhos, o Deputado Moacir Sopelsa leu o Ofício Circular nº. 001/2008, onde os Vereadores Aldivo Valentin Surdi e Rosane Infeld, pleiteiam que sejam dispensados a brincagem do rebanho bovino, aos criadores que tenham o seu plantel até cem cabeças de gado, por um período de dois anos, para que possam se adequar ao novo sistema que a nova Lei Federal exige. Após a leitura, foi colocada em discussão o encaminhamento deste ofício para devidas providências, foi enviado cópia para o Presidente da Cidasc e ao Secretário de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Antônio Ceron, para que os mesmos avaliem, uma vez que é de sua competência este assunto. Todos os Deputados presentes manifestaram-se favoráveis. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe da secretária lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, vinte e três de abril de dois mil e oito.

Deputado Moacir Sopelsa

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

As nove horas do dia vinte e cinco de março de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre assuntos constantes da 5ª Reunião Ordinária. Presentes mais os demais Deputados: Jean Kuhlmann, Herneus de Nadal, Gelson Merísio, Joares Ponticelli, Marcos Vieira, Pedro Baldissera, Pedro Uczai e Narciso Parisotto. E também presentes os membros e representantes da Sinte Regional de Tubarão, Criciúma e Florianópolis. Aberto os trabalhos o Presidente passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. O Deputado Gelson Merísio relatou o Projeto de Lei nº 005.6/08, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Herneus de Nadal relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0037.3/08, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, o Projeto de Sustação de Ato nº 0003.9/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido vistas em gabinete ao Deputado Joares Ponticelli a Medida Provisória nº 0145/08, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e os Projetos de Lei nºs 0431.0/07 e 0629.0/07, exarando pareceres pela diligência, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O Deputado Joares Ponticelli, relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0002.9/08, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Jean Kuhlmann. O Deputado Marcos Vieira relatou o Projeto de Lei nº 0016.9/08, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Pedro Baldissera relatou o Projeto de Lei nº 0668.6/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Jean Kuhlmann. O Deputado Pedro Uczai relatou o Projeto de Lei nº 0041.0/08, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista em gabinete Gelson Merísio. O Deputado Romildo Titon relatou as seguintes matérias: Os Projetos de Lei nºs 0051.1/08, 0052.2/08, 0665.3/07, 0059.9/08, 0048.6/08, exarando parecer favorável a todos, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0618.7/07, exarando parecer pela aprovação, com emendas aditivas e modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 0054.4/08, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Narciso Parisotto relatou os Projetos de Lei nºs 0008.9/08 e 0611.0/07, exarando pareceres pela diligência, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretária, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de março de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

As nove horas do dia primeiro de abril de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, para deliberar sobre assuntos constantes da 6ª Reunião Ordinária. Presentes mais os demais Deputados: Jean Kuhlmann, Herneus de Nadal, Flávio Raganin substituindo Joares Ponticelli, Marcos Vieira, Pedro Baldissera, Décio Góes substituindo Pedro Uczai e Moacir Sopelsa, substituindo Narciso Parisotto. Aberto os trabalhos, o Presidente passou a palavra aos Deputados que passaram a relatar as matérias em pauta. O Deputado Jean Kuhlmann relatou matérias do Deputado Gelson Merísio que foram os votos de vistas favoráveis as seguintes Mensagens de Veto: 452, 447, 448, 564, 566, 450, 528, 565, 527 e 485/2008, que postas em discussão e votação, foram aprovadas por maioria. O Deputado Herneus de Nadal relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 0276.3/07, exarando parecer pela diligência externa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o Projeto de Lei nº 0505.7.9/07, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o Projeto de Lei nº 0032.9/08, exarando parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Marcos Vieira relatou o Projeto de Lei nº 0038.4/08, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Pedro Baldissera relatou o Projeto de Lei nº 0605.2/07, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Romildo Titon relatou as seguintes matérias: Os Projetos de Lei nºs 0062.4/08, 0121.9/08, 0641.6/07, 0642.7/07, exarando parecer favorável a todos, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade, as Mensagens de Veto nº 585, 588, 203/2007, exarando pareceres pela aprovação, que postas em discussão e votação, foram aprovadas por maioria e as Mensagens de Veto nº 586, 574 e 573/2007, exarando pareceres pela aprovação, que postas em discussão foi cedidos vistas em gabinete do Deputado Pedro Baldissera e a nº 587/07, exarando parecer pela aprovação, que posta em discussão e votação, foi cedido vista em gabinete do Deputado Joares Ponticelli. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretária, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 01 de abril de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às nove horas, sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 12ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, reuniram-se os Senhores Deputados: Jorginho Mello, Sílvio Dreveck, José Natal Pereira, Gelson Merísio, Renato Hinnig, Décio Góes, Manoel Mota e Jaime Pasqualini. Ato contínuo, o deputado Presidente colocou em votação a ata da 11ª reunião ordinária da Comissão acima epigrafada, sendo aprovada por unanimidade. O Presidente leu as justificativas da deputada Odete de Jesus e do deputado Jandir Bellini, pela ausência, e apresentou o substituto deputado Jaime Pasqualini. O Presidente passa a palavra para o deputado Décio Góes que relatou os OF./0002.0/2008 e o OF./0009.6/2008, com parecer favorável, em discussão e votação, ambos foram aprovados por unanimidade. Continuando, o Presidente cede a palavra ao Deputado Jaime Pasqualini que relatou o OF.0018.7/2008, com parecer favorável, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Gelson Merísio foi convidado a relatar o Projeto PL./0092.0/2008, seu parecer foi favorável, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Renato Hinnig relatou o PLC/0004.0/2008, com o parecer favorável, em discussão, foi solicitado vista em Gabinete ao Deputado ao Deputado Décio Góes. Na seqüência, o deputado Sílvio Dreveck relatou o voto vista ao PLC/0007.3/2008, ao qual acompanhou o voto favorável do relator deputado Jorginho Mello, que em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Deputado Presidente Jorginho Mello relatou o PLC/0012.0/2008, seu parecer é favorável, com as emendas modificativas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o deputado Presidente relatou o PLC/0049.2/2007,

seu parecer foi favorável, com emendas modificativas, em discussão, foi concedido vista em Gabinete aos Deputados: Renato Hinnig e Décio Góes. O projeto em discussão causou reclamações entre os deputados da Comissão acima epigrafada, por duas razões: o regime de urgência e o teor do projeto, segundo os deputados, o projeto trás um conjunto de leis, que emenda e remenda os reajustes nos cargos comissionados, quanto aos ajustes necessários na revisão dos salários dos efetivos de ponta, que estão fragilizados e fora da realidade de seu tempo. O deputado Sílvio Drevek se solidarizou com os comentários do colega e aproveita para elogiar os encaminhamentos feitos pela subcomissão eleita para discutir pelo Estado a reforma tributária, que tramita no Congresso Nacional, e ofereceu-se para contribuir na tentativa de aperfeiçoar as injustiças nos impostos do Brasil, tão necessária para o desenvolvimento do País. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrada os trabalhos da presente Reunião, a qual eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia treze de maio de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Jean Kuhlmann, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da sexta reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Jean Kuhlmann, Jaime Pasqualini, Elizeu Mattos, Pedro Uczai - representando o Deputado Dirceu Dresch, José Natal Pereira, Renato Hinnig e Professor Grandó. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0054.4/2008, de autoria do Deputado Sargento Amauri Soares, que "Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Itajaense - ADI, no Município de Itajaí". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0065.7/2008, de autoria do Deputado Jorginho Mello, que "Institui o Dia do "DeMolay" do Estado de Santa Catarina". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0079.2/2008, de autoria do Deputado Julio Garcia, que "Declara de utilidade pública a GATA - Associação das Transgêneros da AMUREL, no Município de Tubarão". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0081.7/2008, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Concórdia, no Município de Blumenau". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0083.9/2008, de autoria do Deputado Renato Hinnig, que "Declara de utilidade pública a Associação Coro Lírico da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0089.4/2008, de autoria do Deputado Genésio Goulart, que "Declara de utilidade pública a Associação Mãos que Salvam Vidas - AMAVI, no Município de Tubarão. Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0090.8/2008, de autoria do Deputado Jorginho Mello, que "Declara de utilidade pública a Associação Recreativa e Esportiva Cuba, no Município de Porto Belo". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0092.0/2008, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a alienação de ações de empresas de telecomunicações das quais o Estado, suas autarquias, fundações e empresas públicas, ativas ou extintas, sejam acionistas minoritários, e estabelece outras providências (obras de melhoria, expansão de vagas no sistema prisional). Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0093.0/2008, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Declara de utilidade pública a Sociedade de Amigos da Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller, no Município de Blumenau". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0094.1/2008, de autoria do Deputado Serafim Venzon, que "Declara de utilidade pública a Fundação Vida Nova, no Município de Balneário Camboriú". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0097.4/2008, de autoria do Deputado Marcos Vieira, que "Concede Título de Cidadão Honorário ao Senhor Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho". Relator: Deputado

Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0098.5/2008, de autoria do Deputado Gelson Merisio, que "Declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Xanxerê". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0106.0/2008, de autoria do Deputado Renato Hinnig, que "Declara de utilidade pública a AquíMATE VitaSol - Aquicultura, Meio Ambiente, Turismo Educativo e Vida Solidária, no Município de Biguaçu". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0112.8/2008, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que "Declara de utilidade pública o Conselho da Comunidade da Comarca de Ituporanga, no Município de Ituporanga". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade e Ofícios nºs 0003.0/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Organização Educacional Irmãs Sacramentinas de Tubarão, referente ao exercício de 2007". Relator: Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0012.1/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Joinvillense para integração dos Deficientes Visuais, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0017.6/08, "Encaminha o Relatório de Atividades do Grupo de Voluntários do Hospital Municipal São José, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0022.3/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Conselho Comunitário de Itaúm, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0027.8/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Apoio e Reabilitação de Pessoas Necessitadas, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0029.0/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0030.3/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, de Siderópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0032.5/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Casa da Amizade das Famílias Rotarianas de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0033.6/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Lar Espírita Maria de Nazareth, de Araquari, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0034.7/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Asilo de Velhos de Braço do Trombudo, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0035.8/08, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Amigos do Autista, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0051.8/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Centro Educacional e Creche Conde Modesto Leal, de Joinville, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado José Natal Pereira. . Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0053.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itajaí, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Jean Kuhlmann

Presidente

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia quatorze de maio de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Jean Kuhlmann, amparado no artigo 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Primeira Reunião Extraordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Deputados

Jean Kuhlmann, Dirceu Dresch, Elizeu Mattos, Jaime Pasqualini, José Natal Pereira e Professor Grando. Em seguida o senhor Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 0012.0/2008, de autoria do Governador do Estado, que "Institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos servidores públicos da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC -, e estabelece outras providências". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer - favorável com emendas modificativas, recebidas na Comissão de Constituição e Justiça - aprovado por unanimidade. Nada mais havendo para tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião extraordinária, da qual eu, Estela Maris Rossini Chefe de Secretaria -, digitei a presente ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia. .

Deputado Jean Kuhlmann

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 061/08

GRUPO DE VOLUNTÁRIAS DO HOSPITAL REGIONAL HANS SCHMIDT

À

Assembléia Legislativa

Do Estado de Santa Catarina

O Grupo de Voluntárias do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, respeitosamente apresenta, o relatório, de suas atividades anuais e o balanço anual. Cumprindo determinação normativa advinda das Leis n. 10.436 de 1997 e nº 13.66, de 2005, que dispõem sobre o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual. Para apreciação deste Parlamento, e para que esta entidade possa manter o status de Utilidade Pública Estadual.

Ana Maria de Assis

Vice Presidente em exercício

Lisete Carmen Gomes

Secretária

Joinville, 05/05/2008

Lido no Expediente

Sessão de 21/05/08

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI N. 141/08

Institui o Dia Estadual do Plantio de Árvores Nativas, no calendário oficial do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Plantio de Árvores Nativas, no calendário oficial do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado anualmente no dia 3 de dezembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Professor Grando

Lido no Expediente

Sessão de 21/05/08

JUSTIFICATIVA

O Brasil ocupa a preocupante quarta colocação entre os países que mais contribuem para o efeito estufa no planeta. As principais atividades responsáveis são as queimadas e o desmatamento. Em seguida, vêm os transportes com a queima de combustíveis fósseis. Além, é claro, dos processos industriais que se utilizam largamente de energia proveniente do petróleo.

Todos esses fatores são os causadores do aquecimento global, que tem elevado as temperaturas em todo o planeta. E o grande desafio do Brasil e do mundo é reverter esse processo. Uma das medidas sugeridas é o plantio de árvores, pelo qual é possível neutralizar parte das emissões de gases de efeito estufa geradas pelas ações humanas. Quando uma árvore está em fase de crescimento, pelo processo de fotossíntese ela absorve gás carbônico, presente na atmosfera, para formar seu corpo e assim reduz a concentração desse gás que provoca o efeito estufa.

Estamos comprometidos com o desenvolvimento sustentável e se fazem necessárias ações concretas para a defesa da vida no planeta. Da nossa vida. Precisamos dos recursos do planeta. Precisamos ar puro, alimento e água. As árvores sequestram carbono durante a sua vida, além de serem responsáveis pela filtração da água no solo, outro fundamental elemento para a vida.

Se desejarmos ter um ambiente de qualidade e ajudar na preservação dos recursos naturais para garantir a nossa vida no planeta, temos de agir. Por isso, propomos a data de 3 de dezembro como o Dia Estadual do Plantio de Árvores Nativas. Nosso objetivo, ao escolher o dia 3 de dezembro, é aproveitar as condições climáticas favoráveis existentes nessa época do ano.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N. 142/08

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capivari de Baixo - Apae, com sede no município de Capivari de Baixo.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capivari de Baixo - Apae, com sede no município de Capivari de Baixo.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Genésio Goulart.

Lido no Expediente

Sessão de 21/05/08

JUSTIFICATIVA

Levo ao conhecimento dos Senhores Deputados o projeto de lei em anexo que visa declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capivari de Baixo - Apae, com sede em Capivari de Baixo.

Trata-se de entidade sem fins econômicos e que visa, entre outros objetivos, promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais, sejam crianças, adolescentes, adultos ou idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania, e coordenar e executar na sua área de atuação os objetivos, programas e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes, promovendo, assegurando, e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apeano.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública proporcionará melhores condições de trabalho à entidade, solicito aos nobres Pares o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 129/08

Autoriza o Poder Executivo a constituir garantia em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a constituir, em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, garantia de cessão e/ou vinculação de parcelas ou quotas-partes do Fundo de Participação dos Estados - FPE, nos termos do art. 159, I, "a" da Constituição da República, destinadas ao Estado de Santa Catarina, ou de outros recursos que, de idêntica finalidade vierem a substituí-las, no valor de até R\$ 150.475.807,00 (cento e cinquenta milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e sete reais).

Art. 2º A constituição da garantia descrita no artigo anterior se destina exclusivamente a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da implementação de obras em sistemas de saneamento básico - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E URBANO PARA PROJETOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS -, a ser executado por meio de contrato de financiamento a ser celebrado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN e o BNDES, com a interveniência do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A garantia constituída nos termos desta Lei será dada em caráter irrevogável e irretroatável, a partir da assinatura do referido contrato de financiamento, até o final da liquidação de todas as obrigações nele assumidas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de maio de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***